

CEDI - P. I. B.  
DATA 03/02/91  
COD. T2D 00009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
MUSEU NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

OS TREMEMBÊ DE ALMOFALA: UMA LEITURA  
CRÍTICA DOS DADOS DO SURVEY

HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO  
CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE

DEZEMBRO 1988

"It would be naive to believe that we anthropologists simply describe the present but reconstruct the past and construct the future, even though we use language that suggests this — for example, when we talk about gathering or collecting the data as if it were like ripe fruit waiting to be picked, or when we talk of our special anthropological methodologies for reconstructing the past, as if the present were not equally constructed."

Edward Bruner

Í N D I C E

	Pág.
I - POR UMA LEITURA CRÍTICA	1
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO	14
III - INVASÕES	17
IV - ECONOMIA	25
V - POLÍTICA	32
VI - EDUCAÇÃO	34
VII - SAÚDE	44
VIII - TUTELA	49
IX - AGÊNCIAS DE CONTATO	53
X - MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	56
BIBLIOGRAFIA	61
APÊNDICE I	
Ficha para coleta de dados sobre TIs	64
APÊNDICE II	
"Identidade Étnica, Terra e Organiza ção Política: Os Tremembé da Varjota"	

## I - POR UMA LEITURA CRÍTICA

Uma etnografia de ausências. Facilmente, qualquer texto que se elabora sobre qualquer população indígena do Nordeste do Brasil pode vir a se transformar em uma. De um modo geral, ainda não nos convencemos das reivindicações desses grupos à etnicidade de uma forma mais profunda. Tanto mais que o paradigma etnográfico do modelo assimilacionista só nos permite enxergá-los enquanto em elevado processo de "descaracterização cultural", ou seja: na medida em que os grupos indígenas do Nordeste do Brasil — à exceção, talvez, dos Fulniôs, considerados os últimos dignos representantes por suportarem o bastião da "língua nativa" — já fazem parte do epílogo da história do processo de aculturação, totalmente "integrados ao convívio da sociedade nacional", não há mais o que contar deles. Como diz Azevedo:

"... a índios 'deprivados' ... respondeu-se com uma antropologia rarefeita" (1988:3).

É de se salientar o lugar que as etnografias e os textos produzidos sobre as populações indígenas do Nordeste brasileiro, uma produção que não tem sido muito intensa (pois, afinal, o que dizer dos que não têm?) e fundamentalmente enquadrada no modelo da aculturação. A palavra que melhor aglutina as idéias dessa produção é a de perda: da pureza original, dos traços culturais, da exuberância ritual, da riqueza

do universo cosmológico, etc... A quase total ausência de trabalhos sobre estes grupos se explica também a partir desse bias da aculturação: o fato das atividades de pesquisa na área de etnologia terem se concentrado em certas regiões do país reflete a "fantasia" de que nestas áreas (Amazônia, Brasil central) poder-se-ia encontrar o outro por excelência, o intocável e bruto habitante aborígine do nosso cantão.

Fatos recentes impuseram uma mudança nessa forma de se observar os fenômenos etnológicos. O ressurgimento, principalmente após a Segunda Grande Guerra no exterior e mais recentemente aqui no Brasil, de vínculos sociais e de solidariedades étnicas fez com que se reenquadrasse e redimensionasse as preocupações dos antropólogos. Não se trata apenas de uma mudança profunda na estrutura narrativa (na história) que nós contamos sobre os "nossos nativos": daquela onde o passado era glória e exuberância, o presente de descaracterização e o futuro de integração, para a outra história onde o passado era de opressão e destruição, o presente é de resistência e o futuro é de revitalização — mesmo porque todos esses fenômenos se dão ao mesmo tempo no desenrolar da história de uma população indígena, como muito bem lembra Bruner (1986:140 e ss). Mais ainda, e paralela a essa reordenação da estrutura narrativa, há uma profunda mudança no aparato conceitual e metodológico com que se vai operar e, conseqüentemente, no tipo de dato que será ou não relevante para a investigação. A persistência, a revitalização e a importância assumida por grupos étnicos nas sociedades modernas provocou uma reavaliação de conceitos como "etnicidade" e "cultura" em direção da desubs

tencialização. O trabalho de Barth (1970) é um esforço importante nesse sentido de recuperação da dimensão dinâmica dos "processos" sociais de formação e manutenção de "fronteiras" étnicas, não mais de conteúdos culturais.

Não queremos dizer com isso que os dados apresentados aqui se situem exclusivamente numa perspectiva em detrimento da outra. Trata-se de problematizar o significado deles não apenas em termos de uma estrutura narrativa com passado-presente-futuro articulados significativamente, mas principalmente em termos dos problemas que moveram a construção do instrumento de pesquisa que utilizamos, bem como a eficácia que este mostrou em campo. Tomamos em consideração aqui a unidade de análise privilegiada — aldeia — e algumas das questões propostas nos itens temáticos. Por isso a citação do Bruner na epígrafe: queremos explicitar o sentido dessas "frutas maduras" que coletamos em campo, dar conta da relevância do material que foi possível coletar a partir de uma desconstrução do "olhar" que se dirigiu ao objeto.

A "Ficha Para Coleta de Dados Sobre TIs" (Apêndice I) foi elaborada com o sentido de coletar dados gerais sobre os temas nela indicados para construir um cadastro temático por Terra Indígena a partir de uma unidade de análise específica: aldeia. O objetivo da Ficha era servir como um roteiro de pesquisa, um habitus a ser mentalizado para dirigir a observação. A dimensão da área e da população Tremembé, somada a curta estadia em campo — 15 dias — limitou profundamente o alcance e a profundidade do survey (1). Levando-se em con

(1) Podemos inclusive aproximar essas condições gerais de tra

ta que tratava-se de uma primeira visita à área — a que antecedeu uma visita de reconhecimento de três dias — cujo objetivo principal era tomar contato com a situação, até que conseguimos compulsar uma quantidade razoável de dados. O grande problema para nós era, e continua sendo, qual o sentido desses dados em função do que pedia o instrumento de pesquisa, ou melhor: a flexibilização que operamos na ficha atesta a sua eficácia ou a sua inapetência? Sugeriu-se-nos que só teríamos condição de responder a esta pergunta se apresentássemos os dados. Aqui estamos nós apresentando os dados apenas pelos temas com um texto, tendo dificuldade de operar com itens e subitens, que estão, entretanto, contemplados. Responder a questão acima permanece, ainda, um problema para nós.

Falar em "aldeia" implica em uma série de pressupostos e considerações. Algumas de caráter teórico e metodológico e outras que dizem respeito aos recentes desdobramentos na ação administrativa do Estado brasileiro para com os grupos indígenas — a "política indigenista" oficial.

Segundo Pesez (1986), o termo "aldeia" ainda hoje encerra uma série de interrogações. Discutindo aldeia como produto original das civilizações rurais do Ocidente medieval, ou seja, referenciado ao contexto da baixa Idade Média europeia, Pesez entretanto nos dá dicas interessantes. Ele está falando de uma realidade distinta da aldeia indígena, particularmente da aldeia como unidade demográfica, política, estru-

---

balho, às condições de trabalho de um GT/FUNAI de identificação: pouco tempo para a amplitude da situação.

tural, simbólica e moral, com uma determinada personalidade e instituições. O que acaba por não ser tão distinto assim da aldeia tal como a tradição antropológica vem tratando esse termo, de Malinowski a Lévi-Strauss. Principalmente a partir dos estudos do segundo sobre a estrutura da aldeia Bororo, a aldeia passou a ser um foco de análise importante na antropologia brasileira, particularmente na análise do dualismo no Brasil Central. O que acaba por preencher o termo "aldeia" de uma série de significados, que tornam o seu livre emprego problemático.

Voltando ao Pesez, acreditamos que ele fornece uma chave interessante ao afirmar que "a aldeia é objeto de história" (Pesez 1986:378). Ele deixa claro que a acepção que ele propõe é muito restrita, pois ao estender o termo a formas de masiadamente diversas de "fixação rural", corre-se o risco de esvaziá-lo de um conteúdo relativamente preciso. Não objeta, entretanto, que isso seja feito, mas pelo menos a partida, "mesmo que se alargue posteriormente o campo da pesquisa... é necessário propor o estudo de um objeto relativamente preciso" (Pesez, 1986:378). Mostra como os nomes de locais habitados raramente são transparentes e, a certa altura, diz: "os topônimos falam uma língua morta". O que dizer para nomes como Barro Vermelho, Camboa de Lama, Lameirão, Córrego Preto, se não que dizem respeito a elementos fisiográficos a que estão referenciados? Mas quanto a dizer que constituem uma unidade de sociabilidade vai uma grande diferença.

Vejamos o exemplo do município de Itarema, que recentemente foi emancipado, sua sede sendo elevada de vila se



de de distrito à cidade. Originou-se de um núcleo de povoamento que se constituiu à volta de um dos três tanques abertos à margem da estrada que a partir de Acaraú levava até Almofala — tanques estes abertos para garantir o suprimento de água dos viajantes. Esse lugar ficou conhecido como "Tanque do Meio": erigiu-se uma capela — hoje Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima — que se tornou o centro do novo agrupamento humano. Elevado a distrito da Comarca de Acaraú em 1890, em 1936 teve seu nome mudado para Itarema — "pedra cheirosa" — por dois importantes personagens da sociedade local, inspirados no fato de existir em frente à praia do Farol, quando a maré está baixa, uma saliência rochosa na forma de um obelisco natural.

A história da constituição desse agrupamento humano que veio a se constituir no município de Itarema poderia ser estendida ad infinitum e com muito mais detalhe. Só a citamos rapidamente para exemplificar algumas considerações de Pesez. Ele chama a atenção — com relação à situação da Europa medieval — para a necessidade de ter em conta as numerosas vagas de povoamento atestada na sucessão de estratos na toponímia francesa e de como é problemático pensar em termos de continuidade quando se trata de historiar a constituição de uma "fixação rural concentrada" (aldeia): perde-se a dimensão das cesuras, cortes e descontinuidades implicada nos sucessivos reordenamentos da estrutura fundiária e da relação do homem em sociedade com a terra. A história do Município de Itarema, tal como contada pela prefeitura (Itarema, 1988), no espírito do parágrafo anterior, só pode mesmo levar em con

sideração os detalhes anedóticos e superficiais. Não merecem investigação as conseqüências que os sucessivos rearranjos político-administrativos tiveram para o reordenamento da estrutura e das funções performadas por aquele agrupamento humano: o fato de que, tal como ele se apresenta hoje, o município é fruto de uma história de determinações transversais intra e extra locais, que não cessaram.

Em função do que se apresentará adiante, poderá se perceber que a situação da população Tremembé na área da grande Almofala é moldada por um conjunto de fatores que lhe afetam, definindo situações distintas. Tratar uma localidade, o Barro Vermelho por exemplo, como aldeia, seguindo Pesez, seria considerá-la como um espaço social dotado de uma certa coerência quanto a sistema de construção das habitações, a uma certa exploração do solo e dos recursos, à formação da paisagem que o rodeia, elementos estes que refletem sistemas de solidariedade particularmente intensos (como o parentesco) inclusive nos processos coletivos de exploração do solo, incentivadores da formação de fixações concentradas" dotadas de uma comunidade institucional, uma organização paroquial e um sentimento de vizinhança.. Sem dúvida isso não se obtém a nível das diferentes localidades: não existe uma autonomia objetiva relativa que possibilite uma autonomização metodológica.

Por isso optamos por uma apresentação de uma ficha para a Grande Almofala, ou melhor, uma ficha para a situação Tremembé mais ampla. Ao invés de partir para preencher uma ficha para cada localidade, o que para nós não teria sentido do ponto de vista teórico, nem pragmático, privilegiamos o fe

recer um panorama geral. Mesmo porque em função das condições da pesquisa, era só o que se nos apresentava.

Há, porém, e acreditamos que isso ficará claro, um investimento no sentido de mostrar que a área comporta situações distintas. Foi pensando em Geertz (1967) que, ao invés de trabalhar com aldeia como uma unidade demográfica e estrutural mínima de sociabilidade, consideramos a possibilidade de alguns dos elementos apresentados no temário que se segue serem pensados enquanto planos distintos de organização social, ou ainda princípios de filiação diferentes e não idênticos que se interseccionam e agregam os indivíduos através de várias formas de relação social num espaço territorial vagamente definido — que Geertz define como vila, mas para o qual não descobrimos categorização mais precisa do que "situação".

Assim, a Varjota por exemplo <sup>(2)</sup>, assim como a Tapeira, a área da praia de Almofala, a região da Vila sede do Distrito de Almofala e a área da mata em geral, parecem constituir para nós situações distintas de interseção de um set de formas organizacionais. A fragilidade dos dados que apresentamos para alguns dos temas, principalmente sobre a organização e as atividades econômicas do grupo, não permite uma articulação destas considerações de forma mais efetiva. Por ora elas repousam como uma hipótese que tem nos guiado na organização dos dados.

---

(2) Área de futuro investimento de pesquisa intensiva para onde se deslocarão os dois pesquisadores, onde cumprirão o proposto no projeto de pesquisa "Identidade Étnica, Terra e Organização Política: Os Tremembé da Varjota" (Apêndice II).

Resumindo: ao invés de ceder às tentações do "realismo etnográfico" em sua ânsia pela descrição de um todo cultural articulado, esgotando as possibilidades de descrição de uma "unidade", procuramos partir para uma outra noção como eixo de interpretação global — a de "situação". Preferimos, entretanto, não preencher uma ficha para cada situação, mas sim, a partir de um temário panorâmico, indicar os elementos organizacionais que reúnem os indivíduos em determinadas relações, cortando transversalmente a área, com alcances diferenciados, dando à área um formato social e geográfico específico e estabelecendo distinções dentro da mesma área.

Para isso recorreremos a três esferas de dados: dados oficiais e estatísticos, que expressam a ideologia das agências em sua pretensão objetiva; dados dos mediadores; e, finalmente, dados dos próprios autores. Procedemos assim para tentar cobrir todas as demandas de informação do nosso instrumento de pesquisa. Expomo-nos a críticas por termos substituído indistintamente um tipo de dado pelo outro, já que todos são igualmente importantes e valorativos, até mesmo o dado do desconhecimento, do "não sei informar" — e isso vale para as três esferas —, pois dá conta de até onde vai o domínio de conhecimento e informação da instância considerada: qual o grau de controle e interferência sobre a realidade local. No decorrer dos textos indicamos as nossas fontes: quando não, são frutos de observação e conteúdos de conversas informais, ou dados sobre situações de domínio comum.

Toda essa situação se complica ainda mais quando se leva em consideração a dificuldade de operação com a demarche

étnica. O fato de termos optado por um temário panorâmico de ve-se, também, em parte a essa dificuldade. Os Tremembé, se seguirmos a sugestão de Despres (1975) ao estabelecer expressões organizacionais para os fenômenos étnicos distinguindo entre grupos corporativamente organizados e agregados populacionais, estariam muito mais próximos da idéia de uma população étnica, apenas em certas situações agindo enquanto grupo corporado como unidade organizada politicamente — e mesmo assim não a totalidade do grupo, mas setores dele. Para nós isso ainda é um problema: se o reconhecimento da origem comum, veiculado na expressão "ser de dentro do aldeamento", define filiações, por outro lado isso não significa necessariamente se dizer Tremembé publicamente.

Vinculando o que já foi dito com o que Vale (1988) propõe, devemos perceber esse momento presente como uma conjugação de determinações transversais (pressão dos "proprietários" locais, atuação da CPT, participação em rituais, atuação do movimento das comunidades — CEBs —, presença de pesquisadores na área, ...) que nem sempre estiveram presentes e interseccionados a nível local na história do grupo e, quando estiveram sempre foi com força diferenciada; níveis esses que recortam um grupo de uma determinada forma, a partir também da leitura que este faz deles. Esses planos diversos de organização e filiação que aglutinam as pessoas em determinadas relações sociais acabam, também por determinar as fronteiras do grupo, ou da população e seus setores; fronteiras essas que só podem ser dinâmicas e flutuantes através do tempo. O que justifica mais uma vez o investimento na dimensão temporal e

histórica realizada a bom termo por Vale (1988) que procura ler os depoimentos da tradição oral Tremembé a partir dessa perspectiva.

Antes de prosseguir, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que usar o termo "aldeia" implica, por outro lado, ter em consideração os recentes desdobramentos da "política indigenista" oficial no Brasil e a forma como a FUNAI vem atuando nos processos de demarcação e regularização fundiária das terras indígenas. Oliveira F? (1988) em trabalho onde analisa as formas e linhagem do projeto de militarização das fronteiras, conhecido como "Calha Norte", mostra como este está comprometido com a reprodução e ampliação das unidades convencionais de ação indigenista (P.I., Frentes de atração, A.R., casas do índio, ...) e de como este comprometimento está vinculado com um projeto de reformulação da estrutura organizacional da FUNAI, descentralizando a administração e estabelecendo unidades de comando e de controle da população indígena a nível local — que servirão de bases para observação da fronteira e do tráfego fluvial. O autor mostra que dos recursos do PCN destinados à FUNAI, apenas 12,2% são destinados ao custeio das demarcações e da regularização fundiária das áreas indígenas na faixa de fronteira, sendo 6,3% para o custeio de projetos de desenvolvimento comunitário e o restante para ampliação das unidades discriminadas acima.

A FUNAI tem investido firme na implantação de projetos econômicos geradores de recursos sociais básicos, de acordo com as prescrições do Conselho de Segurança Nacional, órgão executor do PCN, justamente para liberar o estoque de ter

ras sob reivindicação dos grupos indígenas — que, segundo estas instâncias, aproveitam de forma extensiva — recolocando assim em utilização econômica plena os recursos naturais do habitat indígena (madeira, minérios, terra...). A ingerência do CSN na formulação de uma política indigenista específica para a região de fronteira, acaba — devido a sua proximidade com o Poder Executivo — contaminando a elaboração de dispositivos jurídicos de aplicação generalizada. A "colônia indígena", interpreta Oliveira Fº, não passa de um estratagema político que, através da individualização progressiva das unidades sociais a serem controladas (as aldeias) e de sua sujeição, dissimula uma estratégia de liberação de recursos e de amenização de conflitos entre índios e potentados locais, asim como administradores, por esses recursos.

É interessante perceber (item VIII. Tutela) que na primeira — e única — visita que a FUNAI fez à área Tremembê, a "carta na manga" eram os projetos econômicos, de saúde e educação. Pelo que se dirá à frente e pelo que Vale (1988) apresenta, poderemos perceber como a situação de conflito latente em que vive a região e a acirrada disputa por recursos (basicamente terra) que atravessa a história dos Tremembê, pode vir a justificar uma intervenção individualizadora e controladora na região — o que provocará irreparáveis danos nas redes de relações sociais constituidoras do grupo.

A unidade "aldeia", tal como concebida pelo CSN e, em certa medida, pelo nosso instrumento de pesquisa, joga para a descontinuidade, para pesquisar a descontinuidade entre os agregados humanos que são as aldeias. Mas, não se trata



de reificar a noção e padronizar o questionário, conforme já se salientou, mas gerar estímulos para a enquete: procurar investigar continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço.

É a partir das considerações que fizemos aqui que se deve ler os dados. A sua relevância, mesmo a dos aparentemente mais insignificantes, aqueles que jamais ocupariam espaço no modelo etnográfico clássico, vem do fato de que a situação de manutenção das fronteiras étnicas da população Tremembé deve ser entendida a partir da rede, network, em que está inserida: a malha administrativa, o sistema educacional, os agentes que atuam e atuaram na área, as ingerências dos "de fora" na terra do aldeamento. É uma tentativa de pensar quais os novos tipos de dados que devem ser "construídos" e privilegiados na constituição de uma análise renovadora e renovada sobre grupos étnicos em semelhante situação.



## II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO

Permanecemos na área do dia 24 de janeiro ao dia 4 de fevereiro de 1988, tendo o pesquisador Carlos Guilherme permanecido por mais três dias — 6 a 8 de fevereiro — na área da praia de Almofala. O Cronograma de Atividades abaixo fornece dados gerais sobre a rota que o survey seguiu.

O Município de Itarema, onde se localiza o Distrito de Almofala, área onde se concentra a população Tremembé, foi criado pela Lei nº 11.008 de 05.02.85. O referido distrito foi criado pela Lei nº 11 de 14.05.87, mais de um ano depois da instalação da primeira Câmara Municipal em janeiro de 1986. A incipiente situação administrativa do Município de Itarema e a indefinição com relação ao número de distritos (fora o da sede) — oficialmente dois, Carvoeiro e Almofala, dos quais dispomos de cópias dos projetos-leis que os criam — dificultou-nos a obtenção de dados oficiais mais qualificados.

Sem dúvida, a área que percorremos não corresponde à totalidade da extensão do Distrito de Almofala. O mapa abaixo, reproduzido e ampliado em 54%, a partir de mapa da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, Ministério da Saúde, Diretoria Regional do Ceará, 1987, de escala a prox. 1:100.000, dá uma idéia relativa da localização das áreas que percorrem (encontram-se sublinhadas). Segundo dados que recebemos da própria população, os Tremembé ocupam uma área muito superior a essa, de litoral e de mata. Abaixo reproduzimos os dados de número de prédios e habitantes por localidade que visitamos, fruto de um levantamento feito pelo

fotógrafo Marcos Guilherme em 1985, para o ano de 1984, junto ao guarda da SUCAM que atuava na área.

	<u>Prédios</u>	<u>Hab.</u>
. Almofala Pequena (vila sede)	322	1320
. Barro Vermelho	53	190
. Camboa da Lama	56	238
. Mangue Alto (Torrões)	141	513
. Urubu	70	320
. Panan do Sales (de Cima)	43	179
. Panan de Baixo	36	156
. Lameirão	67	278
. Saquinho	30	125
TOTAL	<u>818</u>	<u>3.319</u>

Estes dados para 1984 são relativamente confiáveis, pois a SUCAM é o único órgão que tem esses dados organizados de forma sistemática e constantemente checados. Segundo uma informação que recebemos de um morador da Camboa da Lama passaram a integrar o Mangue Alto, em 1986, 7 residências da Camboa, inclusive a dele — que disse que rapidamente se acostumou a dizer que morava no Mangue Alto. Segundo uma plotagem da Almofala Pequena de autoria de um certo G. Nilo (cartógrafo) datada de 18.11.1986, que recebemos das mãos de Maria Amélia Leite, a sede contava então com 342 residências — 7,4% a mais do que em 1984. Dá, assim, para se ter uma idéia da magnitude da população. A Varjota totalizava à época em que lá estivemos 40 grupos domésticos, abrigando aproximadamente

200 pessoas. A Tapera 43 grupos domésticos, com uma população superior à da Varjota.

No estado atual dos nossos conhecimentos é impossível discernir, por tudo que já foi dito, o número de casas ocupadas por Tremembé das casas ocupadas por brancos. Podemos afirmar com certeza, porém, que tirando a segunda maior concentração, os Torrões (um porto lagosteiro à margem esquerda do rio Aracati-Mirim, dotado de uma infra-estrutura urbana razoável, onde se localiza o frigorífico do vice-prefeito que compra toda a produção de lagosta local), e talvez o Urubu (local de residência do vice-prefeito José Maria Monteiro), nas outras localidades a população é majoritariamente Tremembé, ou melhor, "de dentro do aldeamento" — inclusive mesmo na vila sede.

### III - INVASÕES

As invasões ocorreram em diversos momentos históricos e ainda ocorrem, afetando transversalmente toda extensão da Grande Almofala. Essa afecção é diferencial, no entanto, já que elas ocorrem como situações individualizadas. Não existiu ainda qualquer projeto global de atuação regional que "efetivasse" invasões sistemáticas e sincrônicas na Grande Almofala. Assim, vemos o fenômeno ocorrer como casos particulares que não deixam de ser registrados na memória ou como rumor que é transmitido pela região. Na maior parte dos casos, temos a formação de propriedades de extensão média, cercadas com arames farpados, às vezes servindo para o cultivo (por exemplo, o coqueiro) e outras apenas refletindo interesses fundiários, sem qualquer pretensão imediata de aproveitamento econômico dos terrenos.

Os "proprietários costumam controlar terras quase esparsas, sem continuidade definida. Então, as invasões podem ocorrer mais como focos do que como uma frente contínua e uniforme. Nesse caso, é valioso ressaltar que as invasões não são as únicas práticas de formação de propriedade rural que ocorrem. A compra de terras parece ter sido muito praticada por toda a região. Ela é feita sem qualquer aparato jurídico, apenas seguindo regras pessoais entre os envolvidos no negócio. É muito comum a acusação de invasão de terras relacionada com esse mecanismo de compras. Uma pessoa compra alguns pés de coqueiro ou algum lote de terra mas, ao passar do tempo, e no momento do cercamento, existe a ampliação da área

comprada. Os cercamentos costumam ser situações de extrema tensão pois envolvem um cálculo contraditório de terra negociada pelo comprador e pelo vendedor. Essa prática é comum por toda Grande Almofoala e a assimetria das forças entre compradores/fazendeiros e vendedores/moradores justifica a obstrução de conflitos maiores ou sistemáticos. No primeiro dia que ficamos no Barro Vermelho, 24.01.1988, fomos à celebração da CEB no Urubu, na casa do João Biana, que estava para mudar para Itarema pelo motivo dado pelo Ribeiro de que ele era o dono do cercado e o João possuía apenas a casa e não o terreno. O Ribeiro é irmão da vereadora Djanira Monteiro, esposa do vice-prefeito de Itarema.

Porém, na década de 80, a situação de conflito pelo direito da terra da área chamada Varjota representou um nódo na história das invasões e ocupação de terras na Grande Almofoala. A empresa agroindustrial Ducôco, sediada em Itapipoca, comprou a propriedade São Gabriel que limita com as comunidades da Tapera do Côco, da Varjota do Lourival, do Córrego Preto, do Córrego do Amaro. Haveria a implantação de um projeto agrário de cultivo do coqueiro para fins de beneficiamento industrial, que se estenderia pela margem direita do rio Aracati-Mirim. O projeto esbarrou com a presença de antigos moradores que reivindicaram o direito tradicional de usucapião coletivo da terra na justiça. Apesar das ameaças sucessivas, da aceitação de venda da terra por parte dos moradores da Tapera, as comunidades da Varjota, do Córrego Preto e do Córrego do Amaro conseguiram juridicamente manter o usucapião coletivo de 397 ha de terra. A assessoria jurídica da CPT da dio

cese de Itapipoca serviu como elemento privilegiado na concretização do direito tradicional da terra pelos antigos moradores. Mais do que um fato que repercutiu para todos os moradores da Grande Almofala, a situação da Varjota permitiu a formação do sindicato dos trabalhadores rurais de Itarema, que compõe-se também de índios Tremembé, o que sugere um projeto de organização das comunidades rurais, no âmbito municipal.

Vale ressaltar que as invasões são contestadas não somente pelo argumento econômico, mas também por dispositivo étnico. Ele procede pelos argumentos em torno do direito tradicional à terra da santa, da terra do Aldeamento dos Tremembé. Os padrões culturais são relevados e postos lado a lado com a questão da propriedade da terra. Assim, a atribuição étnica insiste em aparecer, para cumprir interesses coletivos e pessoais que podem ser prejudicados pela formação de propriedades extensas de terra na Grande Almofala.

### Casos

- . Na Passagem Rasa, década de 60, o proprietário Beja Carneiro invade as terras das famílias Tremembé e mata três homens. Depoimentos: Vicente Vianna, Venância e João Venâncio.
- . Na Lagoa Seca, num processo que deve subsistir por duas décadas (60 e 70), o proprietário Adonias Alves compra irregularmente os lotes de terras dos Tremembé e chega até a expulsar alguns moradores. Depoimentos: Vicente Vianna,

Venância.

- . Compra e venda ilegal das terras da Tapera pelo proprietário Aquino, provavelmente nas décadas de 40, 50 a 60. Depoimentos: Francisco Narciso Alves, José Raimundo, Estevão Henrique.
  
- . Na praia de Almofala, o farmacêutico Traciso compra e invade os terrenos locais [mecanismo de compra e cercamento excessivo dos lotes]. Depoimentos: Venância e João Venâncio.
  
- . A firma agroindustrial Ducôco compra ilegalmente e invade as terras das comunidades da Tapera, da Varjota do Lourival, do Córrego do Amaro, do Córrego Preto. Década de 80. Depoimentos: Agostinho, José Raimundo, Estevão Henrique.
  
- . A família Alves é acusada de praticar o cercamento excessivo, a partir de compras irrisórias de alguns lotes de terra. Área do Barro Vermelho. A grilagem também é referida. Depoimentos: Zeza e Raimundo.
  
- . O Padre Ieli construiu casas na Batedeira, sítio de posse dos índios Tremembé, expandindo os seus terrenos pela terra da Santa — foi situação passada num tempo razoavelmente distante. Depoimentos: José Raimundo, Estevão Henrique.
  
- . Caso de desapropriação de terras no Capinhaçu, em benefício da família Suzano, de origem Tremembé. O latifundiário

rio Zê Moacir vem ameaçando-os e o sindicato dos trabalhadores rurais de Itarema está assessorando e participando dos impasses do conflito de terra. Década de 80. Depoimento: José Raimundo.

- . A localidade dos Torrões é mencionada como um dos lugares onde começaram a chegar pessoas de fora, construindo casas e ruas, um porto para barcos, especialmente, lagosteiros. Depoimento: Estevão Henrique.

- . É necessário dizer que os diversos depoimentos coletados em campo referem-se ao problema das invasões de terra muitas vezes sem especificar os casos ocorridos. Mas, no entanto, existe a referência constante à questão da terra e aos conflitos relacionados com ela.

O item primeiro dessa mesma parte já antecipa algumas considerações sobre a relação invasão/economia. De fato, pautando-se nos pressupostos de Fredrik Barth, sabemos que o controle do nicho ecológico e da possibilidade de seu aproveitamento acarreta o confronto de grupos sociais. As invasões na Grande Almofala decorrem de interesses fundiários determinados em proveito do monopólio da propriedade de terra e de sua utilização econômica. Então, o controle de recursos naturais.

O exemplo da compra de alguns pés de coqueiro serve precisamente para esse tipo de raciocínio. Os coqueiros são comprados por interesse unicamente econômico mas a sua compra



pode orientar uma determinada prática ilegal de dominação fundiária. Quando esses pés são comprados justifica-se um certo cálculo e controle do terreno circunvizinho, metrificado pelo negócio efetuado. Mas, o cálculo geodésico é pessoal e portanto sujeito a fatores imponderáveis e sem nenhum controle legal. As terras são compradas e vendidas por pessoalidade. Na Grande Almofala, nos últimos vinte anos, e até mais (como vemos pelos casos citados antes), tem-se visto a chegada de pessoas "de fora" cuja consequência está na formação de propriedades fundiárias, com o controle do aproveitamento econômico.

A falta de rigor jurídico na determinação da compra e venda de terras mostra o nível de tensão que reveste a situação da Grande Almofala. Porque, não basta pensarmos na irregularidade desses negócios fundiários, mas ainda avaliar o controle crescente que tais compras justificam ao proprietário. A irregularidade está na compra e também no momento que ele cerca o terreno, delimitando a sua propriedade. Nesse momento existe a invasão de terra dos moradores locais, diminuindo a extensão de terra aproveitável para eles. Ao lado, da irregularidade legal e das invasões praticadas, acarreta-se a desproporção no controle dos recursos naturais, no uso econômico da terra, enfim.

A perspectiva demográfica pode ser levantada junto dessas questões. A economia familiar depende do controle do nicho ecológico e a descendência familiar é afetada ainda pelo nicho. Existe o cálculo do consumo familiar de acordo com os interesses da unidade nuclear e a compreensão das necessi

dades de divisão familiar e de descendência. Não é a avaliação do que será herdado mas propriamente de um espaço de distribuição e consumo familiar, de acordo com o nicho ecológico e do seu controle. No caso da Grande Almofala, as invasões e os cercamentos têm subtraído consideravelmente os lotes dos antigos moradores, o que impede a distribuição familiar no espaço apropriado.

A Tapera Ducôco ilustra muito bem essa questão. Antes da implantação do projeto agroindustrial da firma Ducôco na Grande Almofala, a Tapera compunha-se de um conjunto de famílias distribuídas por solidariedades internas e locais, que plantavam e criavam basicamente para o consumo familiar.

Estevão Henrique:

"Mudou demais, mudou qui, cada um de nós morador da Tapera, cada casa tinha o seu chiqueirinho di muça... Mais os outro tudinho tinha o seu chiqueirinho di miuça. Tinha ou não tinha, seu Nicô? Num tinha êsse pra não tê! E hoje o senhor chega aqui o senhor vê? Pra primeira já falta uma. I num têm condições, purquê si passá pur lá, cria-se o que tinha sido meu com outra criação, que temo, uma ... di filho, às vezes, comprá uma casa, qué agenti pru filho. Traz pra cá. Não enfadando, si salva. Si cai pru lado doutro, já viu. Já cai, morreu!"

Hoje a Tapera Ducôco é uma fileira de casas, uma do lado da outra, formando uma rua, espremida diante dos cercados da firma e sem espaço suficiente para cada família manter seu consumo ou poder futuramente dispor a descendência. En

tão, existe o desequilíbrio das necessidades familiares de acordo com as limitações provocadas pelo controle fundiário da empresa agroindustrial. A trajetória de vida dos moradores da Tapera depende dessa empresa, que os contrata, como empregados e tornou-se assim a opção mais segura de retorno econômico, diante do aproveitamento restrito que a terra ainda existente na Tapera pode trazer.

#### IV - ECONOMIA

Na Grande Almofala, as atividades econômicas mais comuns são as relacionadas com a pesca e com a agricultura. Está implementada uma estrutura de produção e de mercado pesqueiro de grande porte. O litoral cearense favorece bastante essa atividade e Almofala constitui um pólo de referência. As atividades pesqueiras ocorrem todo o ano mas existem certos períodos de pesca especializada, como é o caso da pesca da lagosta que dura de março a dezembro. A localidade chamada Torrões tem grande concentração de barcos lagosteiros e já se constitui num porto de excelência para a região, e apresenta até um frigorífico, de propriedade do vice-prefeito do município de Itarema, José Maria Monteiro, que serve para a conservação da lagosta ou do pescado e estoca-os para distribuição posterior para o mercado pesqueiro do Ceará. A pesca da lagosta segue as regras da SUDEPE e no período de proibição dessa pesca, os pescadores precisam buscar outras alternativas econômicas. É preciso destacar que a pesca trata-se de uma "profissão", de acordo com certo informante destacado que encontramos, ele mesmo pescador profissional.

A proibição da pesca da lagosta determina a alternativa da pesca de curral e de linha. Elas ocorrem também no correr do ano, sem proibição especial, pois objetivam o pescado. Cada uma delas têm características especiais e conhecemos o estudo feito dessas tecnologias por Luiz Gonzaga Mendes Chaves, tese de mestrado do PPGAS/Museu Nacional de 1973. João Venâncio, pescador Tremembé da Almofala, qualifica os dois ti

pos de pesca, considerando a pesca de curral mais vantajosa: "É bom porque o curral dá muita fartura, sabe. A pescaria de linha é uma pescaria qui é sô da gente, sabe."

Na pesca de curral, existem funções específicas, além do proprietário do curral: O vaqueiro mestre arregimenta a "tripulança" que é formada por ele próprio, mais três ou ou tros vaqueiros, um ou dois ajudantes e um canoeiro. A arregi mentação inicia-se antes da construção do curral e continua a pês o período de sua construção. Existem algumas etapas de levantamento do curral: "infinçamento di madeira", "o cintamento", "especamento ("especamento é o arame com madeira") e de pois é colocado no mar formando uma compartimentação diferencial. (Veja, na próxima página, o desenho feito pelo próprio informante, João Venâncio).



A produção do curral é elevada e portanto dirige-se para comercialização. A pescaria de linha depende dos participantes e do que cada um dispõe a manter e receber em troca. João Venâncio dá o exemplo do pescador que divide a produção com o dono da embarcação:

"Bom, sendo o barco a lei, o dono tem  $1/4$ . Eu tenho  $3/4$ . Pur exemplo, eu vô pru mar, si eu fizê 3 milhão. O dono da embarcação tem 1000. Pra mim, tenho 2, sabe. Si as coisas fôr do dono da embarcação, às vezes é pur metade. Se ele der o mantimento. O mantimento é aquelas coisas que o cara precisa, anzol, linha, chumbara, os arreio de pescar, nê. Si o dono da embarcação dá o mantimento, aí é metade. Metade é dele, metade é minha. Agora si ele não der, fôr meu, ele sô tem  $1/4$  da embarcação. Sô sobra pra ele  $1/4$  da embarcação, sabe. E aquela boia de peixe é sagrada pro cara tirá pra ele."

A propriedade dos meios de produção e o cálculo de retorno e divisão do produto é referido no trecho de depoimento anterior. Constata-se as diferenças entre pesca de curral e de linha a partir do enfoque das relações de produção e de propriedade dos meios de produção. Enquanto, a pesca de curral implica o controle mais acurado dos meios, da propriedade do curral e do trabalho que precisa ser remunerado, a pesca de linha permite maleabilidade e transações diversas entre dono da embarcação e pescador.

A agricultura caracteriza-se mais por interesses da ordem do consumo familiar, mas não impede a intenção do excedente de produção ser comercializado, a posteriori. Estivemos

na Grande Almofala no período conhecido por "inverno" (janeiro/fevereiro) pois ocorrem chuvas o suficiente para o plantio de produtos básicos como o feijão, a mandioca, a batata-doce e até o milho. As características arenosas do solo da região requer uma quantidade razoável de precipitação das chuvas para o desenvolvimento das atividades agrícolas. As tarefas são feitas familiarmente, mas podem muitas vezes utilizar mão-de-obra paralela, vigindo por relações de afinidade ou parentesco, que também justificam a distribuição calculada de produção existente. Na Varjota e no Barro Vermelho, vimos especialmente esse tipo de prática econômica. O Raimundo, morador do Barro Vermelho, acordava bem cedo para plantar batata-doce no terreno do Chico Assis. Provavelmente, existem mecanismos de arrendamento dos lotes de terra. O mesmo Raimundo trabalhava num roçado com seu vizinho, João Gonçalo, mas que estava alocado noutra localização de Itarema. Esses fatos podem servir na construção da hipótese de regras específicas de divisão social do trabalho e da distribuição da produção entre os companheiros de trabalho, que não precisam ser necessariamente da mesma família. Além disso, os deslocamentos na Grande Almofala sugerem questões interessantes sobre a utilização da terra, das necessidades de consumo familiar e de produção de excedente e a sua destinação conseqüente.

Na Tapera, a situação é mais complexa. Um informante, Estevão Henrique, plantava um roçado com alguns parceiros, longe do lugar de moradia que não passa de uma rua composta por muitas casas, uma seguindo a outra. Esse impedimento foi decorrente da implantação da firma agroindustrial Ducôco que



comprou ilegalmente os lotes dos antigos moradores e fizeram pressão para a expulsão dos recalcitrantes. Hoje eles estão alocados nessa "rua" de casas. Muitos dos moradores trabalham na firma, numa relação de patronato/assalariado, já que não possuem condições de sustento econômico pela falta de terra. Ou se é pescador, ou faz-se tal qual Estevão Henrique, que ainda pôde encontrar uma alternativa. Mas seus filhos trabalham já na firma e assim como seu irmão, Zé Estevão, que tem a função de vigia/"capanga" da empresa e que mora também na Tapera, dando mais tensão à configuração problemática do lugar.

No caso da Varjota, percebemos uma rede complexa de relações familiares e de compadrio que mantêm um sistema de produção e circulação de produtos agrícolas entre as três localidades que compõem a comunidade da Varjota. Foi evidente para nós as preocupações que os moradores da Varjota têm de sua terra e da necessidade de utilizá-la calculadamente. Os roçados são trabalhados em coletividade e familiarmente. Waldir possuía um roçado longe da Varjota, que era arrendado, e que ele trabalhava junto com seus dois filhos, já casados. Eles tinham a compreensão calculada do plantio e fez medidas de volume de caroço a ser plantado na área de 1 ha. Por exemplo:

1 ha — 5 litros de caroço — ± 8 kg de algodão

E o sistema de plantio diversificava cultivos no mesmo espaço:

a	o . o . o . o	4 carreiras	{	a) mandioca alterna com feijão
b	v v v v v			b) carreira do milho
c	o . o . o . o			c) mandioca e feijão
d	v v v v v			d) carreira do milho

As mulheres da Varjota costumam fazer artesanato da palha de carnaúba, redes de algodão pelo processo de tear, que eram utilizados pelo núcleo familiar, mas que não deixavam de ser circulados como bens de troca na Varjota. Principalmente, no caso das "livas" de algodão que são novelos de fio de algodão aferidos com pesos particulares (por exemplo, o novelo de 1/2 "liva" ou o de uma "liva"), e que podem ser muito facilmente negociados em troca de trabalho no tear, por exemplo.

Fizemos um apanhado ainda restrito das atividades econômicas locais e não aprofundamos os mecanismos de produção, circulação, consumo de bens primários e do próprio processo de trabalho. No entanto, conseguimos intuir a complexa rede de relações de produção que regem as diversas atividades e os interstícios de dominação que parecem vigorar por meio delas.

V - POLÍTICA

Na Grande Almofala, reconhece-se o papel do chefe ou cacique dos Tremembé, que está a cargo de Vicente Vianna Damasceno, morador do Barro Vermelho. O cacique organiza o Torém, representa os índios e ele nos disse que somente ele pode autorizar a regularização fundiária dos terrenos da terra do aldeamento. O cacique determina e decide a data de ocorrência do Torém, pois ele deve chamar os participantes, arranjar os apetrechos e o mocororô. Sem ele não há Torém. Vicente Vianna recebeu uma ameaça de morte, o que sugere o perigo de persistência étnica dos Tremembé para os latifundiários. Apesar da atuação cautelosa do cacique, é perceptível o caráter político que reveste a função da chefia atualmente na Grande Almofala, pois ela justifica a legitimação do direito ancestral indígena à terra do aldeamento, da terra da Santa.

É preciso ressaltar a importância política do Tremembé José Raimundo, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Itarema. Participou da luta das comunidades da Varjota, do Amaro e do Córrego Preto pelo usucapião coletivo das terras locais. Sua atuação política trouxe-lhe o conhecimento amplo da situação local e do município como um todo e atua junto das Comunidades Eclesiais de Base que foram formadas na Grande Almofala.

Encontramos outros indivíduos que podem ser interpretados também como líderes políticos, porém não ocupando funções específicas. Essas pessoas mostram a dinâmica que o nível político tem, pois não é determinado somente pelas lide

ranças com "cargo". Elas estão sempre interferindo localmente, opinando ou agindo frente aos fatos que ocorrem. Nessa medida, a política precisa ser investigada muito mais nessa dinâmica casuística do que no esquadramento dos líderes. Esses isolam linhas de conduta e prática política que podemos até concebê-las como "institucionais", sejam de direito ou por tradição. Mas a irrupção de nossos fatos e situações políticas mostram a atuação de indivíduos "comuns", sem função específica, que tomam o contorno de lideranças através do desenvolvimento dos fatos. Essa possibilidade não deixa de ser comum na Grande Almofala, e podemos exemplificar com o caso do Alaga-mar, onde os tarrafeiros da Varjota contestam a pesca de rio com rede de malha fina dos pescadores do Lameirão. Os conflitos e contestações foram acentuados e deles apareceram líderes que destacavam-se pela atenção que recebiam dos companheiros. A possibilidade de clivagens ou faccionalismo está presente, percebida pelo contraste de interesses envolvidos na questão. E nessa feita, os líderes "oficiais", como até o Zé Raimundo, podem ser afetados numa condição muito perigosa para a continuidade de sua liderança. Ou a pequenez e fetividade das funções do chefe pode criar descontentamento. É a ameaça que sofre o cacique se ele deixar de organizar o Torém. Compreende-se a virtual fragilidade das lideranças nas situações que irrompam por toda Almofala.

## VI - EDUCAÇÃO

A população de Almofala, assim como a de outros distritos do município, é atendida por uma rede de escolas municipais e escolas "isoladas" (caracterização da prefeitura)1

"A Administração Stênio Rios, atenta à necessidade de oferecer aos filhos de Itarema melhores opções no campo da educação, cultura e entretenimento, criou obras e iniciativas que os dedos das mãos já são poucos, muito poucos para contar..." (Itarema, 1988)

O texto do livreto da Prefeitura Municipal de Itarema, em seu subitem "Educação, Cultura e Lazer", deixa antever o espírito que guia as iniciativas da primeira administração municipal nesse campo. Em dois anos de administração foram recuperadas 10 escolas de 1º Grau, 2 das quais em Almofala, e o Ginásio Municipal de Itarema. Foram construídas e/ou estão em construção 15 escolas de 1º Grau, 2 das quais em Almofala, além da ampliação do Ginásio Municipal da sede, de seis salas passou para oito. Frise-se que o texto do livreto não diz "construída" ou "em construção", mas "construção de"; uma interessante forma de se mostrar serviço. As 10 escolas recuperadas constituem o total de estabelecimentos existentes na área do município quando de sua criação, segundo os dados da prefeitura.

Ainda segundo dados da prefeitura, 210 professoras foram contratadas nos dois primeiros anos da primeira administração.

tração para ministrarem ensino gratuito no município, "para suprir as necessidades de educação no município". Todas as escolas recuperadas e "construídas" e receberam continuam recebendo da prefeitura o material necessário ao funcionamento das mesmas: carteiras escolares, birôs, material de cantina, de limpeza e material escolar que é distribuído entre os alunos inscritos para o ano letivo, na própria escola, uma semana antes do começo das aulas — tivemos oportunidade de assistir a uma tal distribuição no Barro Vermelho, onde alunos e mães estavam presentes para receber o material escolar das mãos da coordenadora e da responsável pelo Setor de Educação da P.M.I. (não existe uma Secretaria de Educação). As "escolas isoladas", aquelas em que as professoras lecionam por iniciativa própria em suas próprias residências, recebem merenda e material escolar e, algumas, as carteiras. Das 210 professoras contratadas, 85 lecionam nas Escolas Públicas Municipais e 125 em residências, "nos lugares mais carentes", em decorrência, calcula a prefeitura que, 5.250 crianças estão recebendo instrução na zona rural e 1.550 na zona urbana.

Entre as obras nas áreas de Educação, Cultura e Lazer, a prefeitura destaca a instalação de televisores coloridos em locais públicos. Na Grande Almofala há um televisor público instalado na Vila de Almofala, sede do distrito, em frente à igreja (trata-se de uma caixa de concreto sobre pilotis, visível na foto da igreja) e outro nos Torrões, próximo ao frigorífico. Ambos estão desativados, ou pelo menos estavam fora de funcionamento no período em que lá estivemos.

Além destes dados, fizemos um levantamento junto à

Coordenadora do Departamento de Educação, Lúcia, na manhã do dia 28 de janeiro nas dependências do novo Centro Administrativo, que foi inaugurado em 5 de fevereiro. Nesta ocasião, ela nos forneceu os dados sobre as Escolas Municipais do Distrito de Almofala. Nós a havíamos conhecido por ocasião da distribuição de material escolar na Escola Municipal do Barro Vermelho, quando marcamos esse encontro. Fora os dados sobre as Escolas Municipais, ela só nos forneceu informação sobre uma "escola isolada": a da Chiquinha do Manoel Sales. Os dados que apresentaremos adiante, para as localidades do distrito, incorporam outras informações que obtivemos durante o survey sobre outras iniciativas de "escolas isoladas" também assistidas pela prefeitura mas não mencionadas pela coordenadora. Os dados para as Escolas Municipais referem-se ao ano letivo de 1987.

ALMOFALA (vila, sede do município)

- . Escola Municipal de 1º Grau Maria Clarice de Andrade (re-  
cuperada pela PMI)
  - .. Coordenadora: Helena, esposa do Dr. Manoel Messias de  
Andrade.
  - .. 5 professoras, sendo que uma possui 2º Grau completo,  
outra o 1º Grau completo, e as restantes se situavam  
entre 3ª e 4ª séries do 1º Grau em escolaridade; em  
função do aumento da demanda, mais 4 professoras esta-  
vam sendo contratadas para atuar na Almofala para o a  
no letivo de 1988.

- .. 1 zeladora.
- .. Alfabetização: 4 turmas de 30 alunos (manhã e tarde).
- .. 1ª série: 1 turma de 25 alunos (manhã).
- .. 2ª série: 1 turma de 20 alunos (tarde).

. Escola do Estado

- .. Coordenadora e professora: dona Socorro.
- .. Possui uma turma de 3ª/4ª série conjugadas.

. Escola Municipal de 1º Grau Francisco Alves Neto (em construção pela PMI)

- .. Ginásio que se encontrava em construção à época e que absorveria, em seguida, os 4 professores contratados citados acima.

BARRO VERMELHO

. Escola Municipal de 1º Grau João José de Almeida (recuperada pela PMI, com a ampliação, de 1 sala passou a ter 2)

- .. Coordenadora: Helena.
- .. 5 professoras, com escolaridade entre 4ª e 8ª séries do 1º Grau.
- .. 2 merendeiras.
- .. Alfabetização:
  - 1 turma de 27 alunos (manhã)
  - 1 turma de 28 alunos (tarde)
- .. 1ª série:
  - 1 turma de 30 alunos (manhã)



- 1 turma de 20 alunos (tarde)
- .. 2ª série:
  - 1 turma de 20 alunos (manhã).

. Escola Particular da Chiquinha do Manoel Sales

- .. Desconhecemos o número de turmas e de séries, bem como o número de alunos; a sala da residência serve como sala de aula; recebe material e merenda escolar da Prefeitura Municipal de Itarema.

TORRÕES

. Escola Municipal de 1º Grau Francisco Bonifácio Cantinho da Criança (construída pela PMI)

- .. 1 coordenadora.
- .. 6 professoras, sendo que uma possui 2º grau completo e as outras não superam a 6ª série do 1º Grau em escolaridade.
- .. 2 merendeiras.
- .. 1 zeladora.
- .. Alfabetização:
  - 1 turma de 27 alunos (manhã)
  - 1 turma de 31 alunos (tarde)
- .. Pré-primário:
  - 1 turma de 37 alunos (manhã)
- .. 1ª Série:
  - 1 turma de 25 alunos (manhã).
  - 1 turma de 23 alunos (tarde)

... 2ª/3ª séries:

1 turma conjugada de 31 alunos (tarde)

.. A escola dispõe de um prédio com 3 salas e, em janeiro/fevereiro de 1988, encontrava-se em ampliação em direção de mais um prédio com 4 salas; a expectativa era de que o número de alunos dobrasse para o ano letivo de 1988, em função das inscrições registradas até a gora; a faixa de idade do alunato, entre todas as séries, para essa escola, varia entre 10 e 15 alunos.

#### LAMEIRÃO

. Na casa de farinha do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema, José Raimundo Jacinto, funciona uma escola onde lecionam duas de suas filhas, que contam material e merenda escolar da prefeitura, além de receberem pagamento normal enquanto professoras. O número de alunos é variável, girando em torno de 30, e é basicamente de alfabetização. O local onde dão aula, reconhecem, não é dos mais apropriados e tinham planos, na época, de construir um galpão para dar melhores condições materiais às crianças. Sem contar a irregularidade no fornecimento da merenda e o atraso no pagamento, que eram freqüentes. A diferentia específica dessa escola, que fizeram questão de resaltar, residia no seu esforço de transmitir os ensinamentos do Evangelho do Povo e os cânticos religiosos — fruto da sua vinculação ao trabalho da Pastoral da Terra e das CEBs da Diocese de Itapipoca; uma escola que queria contri

buir na "caminhada do movimento das comunidades".

### VARJOTA

No Salão Comunitário da Varjota funciona uma escola "comunitária" — caracterização deles — dirigida por Marluce, moradora da Varjota, sobrinha de José Raimundo, que leciona com a ajuda de jovens já alfabetizados para crianças e jovens indistintamente (faixa etária entre 5 e 15 anos), distribuídos em 2 turmas em 2 turnos. Para eles esse fator da grande diferença de idade numa mesma turma é um problema. Além disso, os benefícios da Prefeitura Municipal, em função da localização da Varjota, chegam com muita dificuldade e atraso. O principal problema é a merenda escolar mas, esse ano, enquanto todas as outras escolas já tinham recebido o material escolar referente ao mesmo, Marluce ainda não tinha sequer recebido nenhuma notificação da visita das coordenadoras. Ela recebia pagamento normal enquanto professora. O Salão Comunitário abrigava também um "grupo de jovens" e estava-se pensando em voltar a tentar implantar a escola para adultos à noite — já que da primeira vez não haviam sucedido.

Aqui na Varjota foi onde encontramos os mais significativos questionamentos sobre a função da escola. Seguidas vezes Agostinho e Waldir manifestaram a intenção do grupo da Varjota de ter uma escola mais voltada para os problemas e a realidade da "comunidade". Criticavam a Marluce por sua demasiada dependência da prefeitura, da qual acha

vam que tinham que se desvincular e procurar novas formas para educar seus filhos — buscavam uma certa autonomia em função das diretrizes educacionais do município, fruto de sua vinculação à CPT e de sua história de conflito e luta com a Empresa Ducôco.

Apesar dessas serem as únicas localidades a disporem de algum tipo de assistência educacional, o seu alcance se estende para além da localidade em que se encontra o grupo escolar. Assim, de acordo com dados das conversas informais que tivemos com os moradores da região quando de nossas visitas, podemos afirmar que: a escola do Barro Vermelho atinge também considerável parcela da população do Panã de Baixo e do Panã de Cima, além de parte substancial da praia de Almofala (Caboré, etc...) e da população da Gamboa da Lama; o ginásio de Almofala atende principalmente à população da vila sede e de regiões adjacentes como Aningas, Alegre e Comum; o grupo escolar dos Torrões tem alunos do Urubu, Mangue Alto (denominação mais ampla), e da própria Gamboa da Lama; já a escolinha do Lameirão atinge uma área restrita, até o Saquinho; o Salão Comunitário da Varjota reúne alunos da Varjota, Amaro e Córrego Preto.

A Prefeitura Municipal de Itarema além de fornecer material e merenda escolar é responsável pela contratação, pagamento e treinamento dos professores. Segundo informações que recebemos da própria coordenadora do Departamento de Educação do Município, este só faz repassar para os professores municipais o treinamento ministrado em Fortaleza pela Secreta

ria de Educação do Estado. Uma professora recebia então Cz\$ 120,00 por mês. Na opinião de uma professora residente e atuante no Barro Vermelho com quem entramos em contato, este salário era irrisório; criticou a atitude da Prefeitura Municipal de contratar novas professoras — que em sua avaliação eram desqualificadas — ao invés de investir no aumento de salário e na melhoria da qualidade do ensino. Na época ela estava pensando em se reunir com as outras da escola do Barro Vermelho para encaminhar uma reivindicação por aumento salarial.

O material escolar também era repassado. Chegava às mãos do Departamento de Educação do Município vindo do Governo Federal — MEC/FAE (Fundação de Assistência à Educação) — por intermédio da Secretaria de Educação do Estado. Os alunos recebiam, dessa forma, cada um: 6 lápis, 3 canetas, 2 apontadores, 4 borrachas, 1 régua, 1 jogo de seis cores de giz de cera, 2 cadernos e um livro texto não consumível durável por 4 anos intitulado A Mágica do Aprender (Livro Integrado), Cia. Editora Nacional, de autoria de Yolanda Marques. Este livro texto abrangia no seu conteúdo as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Saúde. O livro é padronizado e utilizado indistintamente em todas as escolas. Não tivemos condições de investigar como são feitos e quem faz os planos de aula, ou se o livro somente se presta como guia nesse sentido. Não existe, assim, nenhuma perspectiva de regionalização da prática e do conteúdo educacional e, no geral, as demandas nesse sentido são exíguas. É provável que as escolas do Lameirão e da Varjota venham, com o tempo,

a apresentar soluções nesse sentido em função de suas experiências específicas.

Os dados que conseguimos reunir de fato para cada escola foram os apresentados: condições materiais da mesma em termos de espaço, número de professores e escolaridade dos mesmos, e número de alunos por turmas, séries e turnos. Falhamos na obtenção dos nomes dos professores. É difícil, em função de tudo o que já foi dito anteriormente, afirmar com exatidão a condição étnica dos membros do corpo docente e discente dessas escolas. Só uma pesquisa mais intensiva poderia revelar o alcance preciso dessa rede de escolas em relação à população Tremembê. Podemos, porém, afirmar com certeza que a grande maioria do material humano da rede de ensino é formada pela população "nativa" de Almofala (e se isso significa ser Tremembê, pela população étnica). Zeladoras, merendeiras (como Zeza, que é merendeira e zeladora da Escola Municipal do Barro Vermelho), professoras de baixa escolaridade (como à que nos referimos acima) e alunos são, majoritariamente, população local originária.

VII - SAÚDE

O presidente do primeiro período legislativo da primeira Câmara Municipal de Itarema, o vereador pelo PFL, Manoel Messias de Andrade, conhecido localmente como "Doutor Manelzinho", mantém um consultório numa residência de sua propriedade em Almofala, onde atende à população, dá consultas e, eventualmente, distribui medicamentos gratuitamente, de uma em uma semana, toda quarta-feira. Pelas informações que obtivemos na praia de Almofala, Barro Vermelho, Panã, Camboa da Lama, Torrões, Urubu e até mesmo na Varjota e na Tapera, a população de todas estas localidades, principalmente as crianças, depende deste atendimento que se constitui na única assistência oficial prestada localmente pela prefeitura. Não existem, nem em Almofala, nem nas localidades citadas, enfermarias, Postos de Saúde, ou pessoas capacitadas para atuar como atendentes de enfermagem ou monitores, muito menos equipes móveis de saúde.

O Posto de Saúde de Itarema, recuperado e ampliado pela administração Stênio Rios — ao qual alguns se referem imodestamente como o "Hospital de Itarema" —, é a segunda opção que se apresenta para a população de Almofala. Esta opção não é muito freqüentemente atualizada devido à distância e o custo de deslocamento até a sede do município. Pelas atitudes que percebemos no Barro Vermelho e no Panã, é muito mais comum a família ir medicando e tratando o enfermo à base de receitas e medicamentos caseiros (chás de várias espécies), ou mesmo à base de medicamentos "convencionais" que se encon

tram à venda em bodegas na Almofala, Barro Vermelho e Torrões (anti-inflamatórios, analgésicos e antitérmicos), se programando de uma tal forma para que na quarta-feira esteja livre de outras atividades para poder se consultar com o doutor Manelzinho. Os habitantes da região só se dirigem ao Posto de Saúde de Itarema quando das campanhas de vacinação (contra poliomielite, principalmente) que são divulgadas pela Rádio de Acaraú, ou quando recomendados pelo doutor Manelzinho para tomar alguma outra vacina, adquirir um medicamento que as bodegas não dispõem, realizar um tratamento dentário, ou sofrer algum tipo de intervenção cirúrgica simples, para a qual o Posto está razoavelmente aparelhado.

Conforme afirmamos acima, eles preferem esperar pela quarta-feira para se consultar com o doutor do que ir ao Posto na Itarema, pois a segunda opção implica em: devido a dificuldade de transporte, acordar bem cedo para pegar ou um dos dois ônibus que partem para Fortaleza diariamente às 7:00 e às 7:10 da manhã, ou o ônibus que faz a linha Torrões-Acaraú e que passa às 6:30 da manhã na Almofala, e esperar até 12:00 aproximadamente em Itarema pela volta de uma das três linhas; gastar dinheiro com as tarifas, o que é um custo considerável para os membros desta população.

Segundo informações que recebemos no Lameirão, de José Raimundo Jacinto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema, e na Varjota, de Agostinho Jacinto, membro da diretoria, o Sindicato desde sua criação vem tentando articular um convênio com a prefeitura no sentido de que esta garanta atendimento médico generalizado (vacinação, tra



tamento dentário, consultas e exames) para os sócios do mesmo. Nenhum resultado foi alcançado até então, tendo vários sócios se dirigido algumas vezes ao Posto de Saúde de Itarema, na confiança de um acordo verbal estabelecido certa vez, sem, en tretanto, terem sido atendidos.

Para casos de maior gravidade a situação se compli ca ainda mais, pois o enfermo, ou vítima, deve ser déslocado até o Hosítal de Acaraú — sede do antigo município de onde Itarema foi desmembrado, a 35 km de distância de Almofala a proximadamente. Para citar apenas um exemplo, quando do iní cio da nossa estadia por 15 dias em Almofala, o jovem João, filho de Estevão Henrique, foi assassinado com uma estocada no fígado à porta de sua casa na Tapera, tendo que esperar um dia inteiro — da manhã à noite de sábado — por um transpor te — que veio a ser um carro da Empresa Du Côco — para o Hospital de Acaraú, onde já chegou sem vida. Sem contar as complicações subseqüentes com o traslado do corpo e do caixão, que sô permitiram que o enterro fosse realizado na terça-feira seguinte. Os problemas com a distância e o transporte fazem com que o recurso às formas oficiais e convencionais de assis tência à saúde tenham pouca eficácia e há uma insatisfação e uma reivindicação da população face à carência e distância destes, mais intensas na área da Varjota e da Tapera.

As doenças mais freqüentes nessa área, segundo as informações que obtivemos, são a diarréia (acreditamos que en quanto sintoma de desidratação), a pneumonia e a verminose. Pa ra cada uma dessas afecções emprega-se algum tipo de receita caseira (receitas estas que se mostraram invariáveis, no ge

ral, inclusive com relação ao que coletamos na área Tapeba): para pneumonia, uma doença que consideram grave e que merece cuidados, usam dar geralmente gemada ou casca de jatobá; para diarreia ou dor no estômago costumam usar um chá com casca de laranja com açúcar e goma de mandioca, podendo o primeiro ingrediente ser substituído pelo olho da goiabeira ou a casca do marmeleiro; costumam usar chá de alho adoçado para o coração e para tratamento de vermes; ainda para o pulmão usam mas truz pisado com leite; e para febre costumam administrar chá de eucalipto, alho ou artemijo. Some-se a isso o fato de que o costume de automedicação com remédios ditos "convencionais" é muito comum, alguns bodegueiros dispoñdo de anti-inflamatórios como Tetracilina e antibióticos potentes como Trimexazol para venda em suas bodegas a preços exorbitantes — mas que são um recurso, tanto mais se se considera que alguns bodegueiros são referidos enquanto "farmacêuticos" (como é o caso do Tarcísio, proprietário local — "tubarão" — que possui uma bodega na vila sede onde dispõe de grande variedade de remédios à venda, tendo inclusive o costume de receitar no local). Estes dados sobre remédios caseiros nós obtivemos no período em que permanecemos no Barro Vermelho.

O recurso ao "remédio caseiro" não é exclusivo, muito pelo contrário, é paralelo à prática de se consultar na Almofala: uma alternativa não exclui a outra. Com freqüência, segundo nos informamos atualizam-se três níveis de recursos paralelos: a consulta com o doutor Manelzinho na Almofala, a utilização dos remédios caseiros e outros, e o recurso às rezadeiras — o primeiro, porém, tendo preeminência marcante so

bre os outros.

Não pudemos identificar com que frequência ocorre o recurso às rezadeiras, ou rezadores, nem o que caracteriza uma rezadeira com força, ou seja, aquela que tem a "reza forte" — desconhecemos o conteúdo desta expressão para além do simples reconhecimento da eficácia. Há, porém, certas afecções (se é que podem ser assim denominadas) em que os rezadores são "especialistas" no tratamento: quebranto — um suposto estado de abatimento, desânimo, fadiga ou mesmo morbidez, que se diz produzido pelo mau olhar de certas pessoas especialmente nas crianças (se diz "tirar quebranto"); espinhela--caída — designação de qualquer moléstia debilitante, especialmente doenças como inapetência, falta de ar, etc. que atribuem à queda do osso esterno (se diz "levantar a espinhela" ou "levantar o ventre"); e maus sonhos. Há indícios de que existem variações nas rezas e nas técnicas rituais (há quem "levante diferente"). Das pessoas com que mantivemos contato e das indicações que recebemos, são consideradas rezadeiras fortes: no Barro Vermelho, a Zeza e o João Gonçalo (que a primeira considera como "índio puro"); no Panã de Cima, a dona Maria Preta, a Marçonília (já muito debilitada) e a velha Joana; na Almofala, abrangendo desde a praia, o Caborê e a Vila, temos o cacique Vicente Viana; na Tapera, a cega Isaura, a mais considerada de todas.

VII - TUTELA

"Em Identificação

Port. FUNAI/PP/1622 de 02.10.86 para levantamento da área"

Eis o que consta na Listagem das Terras Indígenas do Brasil-CEDI/MUSEU NACIONAL, outubro de 1987, no que concerne à situação jurídica da Área Indígena Tremembé. A categoria "em identificação" é usada na Listagem, e pela própria FUNAI, no caso de terras para as quais tenha sido designado pela FUNAI um grupo de trabalho (GT/FUNAI) para proceder os trabalhos preliminares no sentido da delimitação da área, sem contudo terem sido apresentados os resultados destes. Uma artilhanha para mostrar serviço. Mas a verdade é que a área Tremembé goza de um reconhecimento oficial quase nulo: não apresenta nenhum marco legal de reconhecimento preliminar pelo órgão tutor (relatório e/ou proposta de delimitação apresentado e encaminhado; portaria declarando a área de posse permanente dos índios; ...) que nos permita caracterizar como tendo entrado no processo regular oficial de demarcação e regularização fundiária.

Apesar dos Tremembé serem uma população étnica reconhecida histórica e cientificamente como indígena, gozando de legitimidade em várias instâncias validadoras (Curt Nimuendaju; Handbook of South American Indians) como uma das populações mais tradicionais, numerosa e extensa do Nordeste brasileiro, não existe Posto Indígena na área (unidade de "ação in

digenista" do antigo Serviço de Proteção aos Índios), nem nenhuma iniciativa da FUNAI de defesa da área ou de implantação de projetos ou ações econômicas.

Segundo dados que obtivemos da missionária do CIMI Maria Amélia Leite e dos próprios Tremembé no Barro Vermelho, no Caboré, no Lameirão e na Varjota, a FUNAI só esteve na área da Almofala uma única vez, em outubro de 1986 (ver data e número da portaria indicada acima). Foi uma visita rápida de 3 dias onde os membros do GT foram ciceroneados e acompanhados pela referida missionária (a contragosto desta, mas que não pôde se negar a acompanhá-los), pois era a única que conhecia a área. Os membros do GT eram o sociólogo da FUNAI Marco Antônio do Espírito Santo e o engenheiro agrimensor da FUNAI José Aparecido Donizetti Briner. Trata-se de dois dos três componentes do GT instituído pela Portaria/PP/1327 de 02.09.86 para efetuar os trabalhos de identificação e delimitação da área indígena Tapeba, que haviam terminado os seus trabalhos nesta e ainda permaneciam no Ceará. A Equipe de Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, que atua junto à população Tapeba, encaminhou-os, a pedido destes, a alguém que atuasse na área Tremembé e que a conhece bem, de forma que eles pudessem realizar o seu trabalho de levantamento preliminar da situação.

Visitaram, então, o Barro Vermelho, a Praia da Almofala (tendo conversado com o cacique Vicente Vianna), a área da mata, o Panã, Camboa da Lama, Urubu, Saquinho, Lameirão (onde encontraram com José Raimundo) e a Varjota. Pelo que ouvimos nestas áreas, "a conversa do povo da FUNAI" era

de implementar projetos econômicos, educacionais e de saúde. Deve-se salientar que, sabendo de antemão que essa visita se realizaria, Maria Amélia prontamente percorreu a Almofala explicando a todos com quem mantinha contato próximo o que era a FUNAI e qual a sua função enquanto órgão governamental — tendo, provavelmente, dirigido a visita, apesar de ter nos garantido que procurou ser o mais imparcial possível. Isso talvez explique o fato das propostas do GT terem sido amplamente e em todos os lugares rechaçadas. O argumento que ouvimos em toda a parte era: de que adiantava a FUNAI vir com essa "conversa" de projetos de saúde, educação e de incremento econômico se o que era a função e obrigação dela (e desejo e direito dos Tremembê) — garantir-lhes o direito à posse permanente das terras do aldeamento — ela não cumpria. Sem terra, não tinha projeto. Após essa visita, o sociólogo Marco Antônio do Espírito Santo elaborou um relatório inócuo, contendo informações muito superficiais.

Não se pode dizer que existe uma avaliação da FUNAI por parte do grupo, mesmo porque a FUNAI não atua. Mais ainda, a maior parte da população não sabe sequer o que vem a ser FUNAI, desconhece a entidade, e os que sabem não dominam a extensão e o objetivo da atuação do órgão, nem suas formas de atuação. Para se ter uma idéia, mesmo lideranças expressivas como Zé Raimundo e Zeza até recentemente consideravam Maria Amélia como sendo da FUNAI — tendo Zeza, certa vez, nos perguntado explicitamente se ela o era. Essa confusão é natural em um grupo que só muito recentemente veio a ter contato com agentes do órgão e mesmo assim muito rápido. Tivemos

notícia que, após nossa partida, Zeza teria perguntado a Ma  
ria Amélia se nós íamos demorar muito para resolver o problem  
ma da terra deles, pois eles já não agüentavam mais a situaç  
ção.

Há, porém, junto a certos setores — os mais próxim  
os ao Sindicato e ao cacique —, um relativo conhecimento sob  
re a ineficiência do órgão tutor. Vicente Viana, José Raim  
undo Jacinto e Estevão Henrique participaram, por iniciativ  
va de Maria Amélia, de um encontro de lideranças indígenas do  
Nordeste promovido pelo CIMI em Salvador, em agosto de 1987,  
e lá escutaram muitas queixas e insatisfações dos índios com  
a FUNAI — segundo eles próprios nos revelaram; que ela pareç  
ia estar atrapalhando e não ajudando aos índios.

IX - AGÊNCIAS DE CONTATO

Trata-se de um termo de emprego problemático na área de Almofala, visto que não existem "agências de contato" strictu sensu atuando de forma homogênea nessa região, tomando em consideração a população Tremembé como um todo homogêneo foco de atuação: não há missões religiosas atuando aqui, não existem frentes de atração, poucas e rápidas foram as visitas que órgãos governamentais fizeram à área; enfim, trata-se de uma situação histórica e social distinta daquela à qual as perguntas do item se dirigem.

Se nos for permitido flexibilizar um pouco o termo, entretanto, podemos desvelar algumas situações: se em vez de "agências de contato", pensarmos em termos das agências que atuam nessa área e cuja atuação tem repercussão na vida da população Tremembé, estaremos mais próximos da realidade.

Sendo assim, o trabalho que a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Itapipoca realiza na área da Varjota, fundamentalmente, há 10 anos aproximadamente, se destaca. A partir do contato que alguns elementos da população da Varjota tiveram com a atuação da Pastoral das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da referida Diocese, através das celebrações realizadas na área da Grande Almofala, num momento em que se confrontavam com a Empresa Agro-Industrial Du Côco — que reivindicava a propriedade das terras que ocupavam —, foi que se iniciou o processo de organização da referida população. Obtiveram ganho de causa na ação de usucapião coletivo que moveram contra a referida empresa, por intermédio da assessoria



jurídica da CPT na pessoa do advogado Pinheiro, garantindo pa  
ra si a posse de 397 hectares de terra (3).

A CPT só vem atuando na Varjota, pois os membros de sua equipe encontram-se sob ameaça de morte por parte do Pe. Aristides Sales da Paróquia de Itarema. O "povo da Varjota" por conta disso guarda certas especificidades. O trabalho das CEBs, por sua vez não tem tanta repercussão na margem esquerda do Aracati-Mirim assim como tem na direita. Os membros da CPT atribuem isso, em parte ao intenso conflito que a comunidade da Varjota viveu, e ainda vive, com a Du Côco, o que fez com que se estreitassem os laços de solidariedade de entre os habitantes da área; em parte à situação fundiária diferente na margem esquerda do rio, onde todos têm a sua pequena parcela de terra. Eles acreditam que a intensificação do processo de grilagem e cercamento progressivo das terras vem a criar, com o tempo o mesmo tipo de situação na margem esquerda.

Fora a CPT, caberia destacar a presença da missionária do CIMI, Maria Amélia Leite, que vem atuando sozinha mas numa região bem ampla, fazendo visitas periódicas à área, percorrendo diversas localidades e conversando com as pessoas. Atua desta forma, procurando conscientizar os índios de seu direito à terra da Santa. É conhecida por alguns como "a mulher do Torém, pois por várias vezes já comungou nesta festa

---

(3) Esse processo é descrito com mais detalhe, inclusive com trechos de depoimentos que recolhemos então, no Apêndice II (ver nota 2). Trata-se da área que se privilegiará numa próxima etapa da pesquisa.

com os Tremembé.

O fotógrafo Marcos Guilherme Vieira da Silva, que junto com Maria Amélia foi quem nos introduziram à área, morou na praia de Almofala por oito anos, junto aos Tremembé, fotografando-os e tem grandes amigos entre eles, principalmente na praia. Já realizou exposições financiadas pelo MINC-FUNARTE e recentemente teve um projeto de vídeo aprovado pela mesma instituição e no qual vem trabalhando.

Outras pessoas e equipes de pesquisa já passaram pela área e deixaram profundas lembranças na mente dos Tremembé. O professor Luiz de Gonzaga Mendes Chaves e sua equipe que estiveram na área em 1967-8 realizando uma pesquisa vinculada ao "Projeto de Pesquisa em Áreas Pesqueiras Litorâneas", coordenado pelo então Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, professor Luiz Fernando Raposo Fontenelle, que resultou na tese de mestrado do primeiro, apresentada no Museu Nacional, sob o título: Trabalho e Subsistência - Almofala: Aspectos da Tecnologia e das Relações de Produção, 1973.

A professora Maria Bruhilda Telles de Souza, membro original da equipe coordenada pelo professor Luiz de Gonzaga, que voltou à área para desenvolver um trabalho em 1980, que resultou na sua tese de Mestrado: Mitos e Símbolos na Migração Praiana - "O caso de Almofala".

Em algumas áreas, na praia principalmente, a lembrança destas pessoas é muito forte e viva e elas são lembradas com muito carinho pela população local.

## X - MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Inventário: Não tratamos de esgotar todas as possíveis manifestações entre os Tremembé e moradores da Grande Almofala. Ainda, qualificamos manifestação cultural podendo ser tradição corrente mas que é criada pessoalmente na sua prática. Assim, os eventos culturais — nas suas formas variadas — são justificativas de codificação de comportamentos internos e externos, regulando também as fronteiras interétnicas. Podem existir eventos cuja participação é muito ampla, atraindo pessoas de grupos sociais diversos, que até se excluem noutras manifestações. Assim, qualificamos os fenômenos culturais pelo traço das fronteiras étnicas e pelas funções e signos de inclusão e exclusão que configuram os fenômenos.

O calendário das celebrações parece ser aceito genericamente. Incluem-se aquelas de importância local, como a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da igreja de Almofala. As comemorações e romarias tradicionais do nordeste são também procuradas.

A festa de São José parece ser de muita valorização local, o que comporta, inclusive, manobras lúdicas como o roubo de imagens de São José e o campo de adivinhações sobre aqueles que possivelmente as roubaram. As alinaças familiares, a reciprocidade grupal e as relações de afinidade devem reger esses atos de delito jocoso e de devolução das imagens.

O Torém é uma tradição cultural dos Tremembé de Almofala. Tem o texto fixo, transmitido pela tradição oral, e um complexo de passos e gestos regrados pelos cantos. A dança é mimética pois caracteriza o encontro dos índios com frutos e animais do local. Os dançarinos formam um grupo mais ou menos definido, pois nem sempre dançam e "brincam" junto, depende do momento e das disposições que afetam os indivíduos, e os fatos que motivam a sua realização. O Torém só pode ser organizado pelo cacique Tremembé e assim só ele pode permitir a realização do evento. No Torém, existe ainda a função do mestre que especifica e deflagra cada etapa da celebração. Ele dirige o desenrolar do Torém e a participação dos dançarinos e cantadores. Não existe segregação sexual no Torém, podendo incluir tanto homens e mulheres. Alguns elementos materiais são necessários, por exemplo: o mocoiororó (fermentado de caju), o fumo do mestre, as maracas de ritmo. Costuma realizar-se entre agosto e outubro, épocas da safra do caju. Hoje têm função política na afirmação étnica Tremembé e portanto pode até ser contestado pelos grupos "brancos" com poder local. O cacique recebeu uma ameaça de morte escrita, numa carta, para que deixasse de organizar o Torém. Nesse caso, o Torém pode efetivar um investimento étnico da coletividade Tremembé e dota-se de uma eficácia política justificada pelo contexto de desigualdade social que afeta a Grande Almofala nas últimas décadas. Antes de pensarmos na exclusão peremptória dos "indivíduos brancos", seria preciso relevar na qualificação negativa dos "que vem de fora", "da genti di fora"

da terra do aldeamento. O Torém comporta somente pessoas que são de dentro da terra da Santa o que deflagra uma "arregimentação" Tremembé. Não podemos levar em conta os aspectos físicos, de controle racial ou controle étnico, porém aqueles de controle social das fronteiras étnicas, que dependem dos dispositivos de estratificação social e do desajuste de poder que percorre as relações sociais na Grande Almofala.

Existe uma tradição oral bastante difundida pela Grande Almofala referindo-se à Terra da Santa, à Terra do aldeamento dos índios Tremembé. Ela é acionada por uma corrente de transmissão que termina por qualificar os testemunhos também na constituição de fronteiras étnicas. Não é exatamente uma questão de conteúdo ideológico, apenas, mas vigora como um sinal de reconhecimento étnico, de pertencimento à terra da Santa, de descender do aldeamento. Porém, esses sinais são deflagrados como veículos de arregimentação também, o que implica a separação entre os que vêm de fora e os que são de dentro da terra do aldeamento. É um mecanismo político de distinção social e étnica, que é ativado por narrativas individuais mas que são principalmente "controladas" pela rede de relações sociais dos de dentro da terra da Santa. A história da terra da Santa pode ser narrada por qualquer um mas a sua eficiência narrativa e o investimento étnico são avaliados por meio das fronteiras étnicas.

É preciso lembrar de algumas comemorações, festas ou folguedos que ocorrem na Grande Almofala e servem para o divertimento local: o côco e a aranha — que são danças e cantos para entretenimento; o "rêzo" — corruptela do rezado, que cumpre funções festivas e até de conotação religiosa (chegamos a assistir um "rêzo", que foi realizado porque uma mulher inválida tinha feito uma promessa em favor de sua recuperação, o que aconteceu e motivou a realização do divertimento). A aranha parece ser também uma dança com cantos existentes somente na Grande Almofala. Assim, teria funcionalidade na manutenção de fronteiras étnicas?

Enfim, as manifestações religiosas filiadas a outras igrejas ou crenças não puderam ser devidamente observadas. É o caso das igrejas evangélicas que atuam na Almofala e até, quem sabe, de cultos africanos que possam subsistir paralelamente ou alternativamente as crenças mais gerais.

É preciso destacar as celebrações das comunidades eclesiais de base (CEB) vinculada com a diocese de Itapipoca e que têm função religiosa, política e ativam também a sociabilidade local, formando grupúsculos, que se encontram nas celebrações de cada domingo. A função política é devida à assídua referência aos problemas e fatos que afetam os participantes e assim, por exemplo, questões relativas ao problema do controle fundiário são constantemente levantados.

Ainda seria possível citar as manifestações culturais eventuais, que não foram expressamente observadas por nós, mas que tomamos conhecimento por meio de fontes indiretas. É o caso das histórias de assombração, brincadeiras, peças de representação que são relatadas pelo relatório de pesquisa elaborado pelo convênio SESI/FUNARTE de 1976. Mas, tivemos a chance de ouvir algumas histórias como a da "Lagoa da Criminosa", contada por uma informante Tremembé.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de  
 1988 - Desfigurados, Transfigurados ou Quase Transparentes?  
 Projeto de Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ.
- BARTH, Fredrik  
 s/d - "Introduction". In: Ethnic Groups & Boundaries. The Social Organization of Culture Difference. Bergen-Oslo/London, Universitets Forlaget/George Allen & Unwin. pp. 9-38.
- BRUNER, Edward M.  
 1986 - "Ethnography as Narrative". In: The Anthropology of Experience. TURNER, V. & BRUNER, E. (eds.) Chicago, University of Illinois Press. pp. 139-159.
- DESPRES, Leo A.  
 1975 - "Towards a Theory of Ethnic Phenomena". In: Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies. DESPRES, L.A. (ed.). Chicago/Paris, The Hague-Mouton. pp. 187-200.
- GEERTZ, Clifford  
 1967 - "Form and Variation in Balinese Village Structure". In: POTTER et al. Peasant Society: a Reader. Boston, Little Brown. pp. 255-278.
- ITAREMA, Prefeitura Municipal de  
 1988 - Livreto contando a história de Itarema e homenageando aqueles que foram os precursores na luta pela emancipação e desenvolvimento de Itarema, distribuído na ocasião da inauguração do novo Centro Administrativo — feriado municipal —, os de fevereiro de 1988. (Reproduzido na íntegra em matéria paga na Tribuna do Ceará, em 18.02.88).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de  
 1988 - Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagens do Projeto Calha Norte. Comunicação apresentada ao Simpósio Grandes Projetos e Seus Impactos sobre as Comunidades Indígenas e Camponesas da Amazônia Brasileira, realizado de 6 a 8 de julho de 1988, no 46º Congresso Internacional de Americanistas, Vrije Universiteit, Amsterdam.



PESEZ, Jean-Marie

1986 - "Aldeia" (verbete). In: Enciclopedia Einaudi (Região), vol. 8. Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. 376-395.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do

1988 - Terra do Aldeamento: a Almofoala dos Índios Tremembé - Apresentação e Testemunhos. Original manuscrito apresentado pelo autor.

APÊNDICE I

Ficha para coleta de dados sobre TIs

FICHA PARA COLETA DE DADOS SOBRE TIs  
Unidade de Pesquisa: Aldeia

Esta ficha tem como unidade básica para informações a aldeia. No caso de diferenças sociais significativas procure apresentar as posições assumidas por diversos membros da aldeia, ou preencha uma ficha para cada "tipo" de informante. Indique sempre que possível como foi obtida as informações.

Para que possamos avaliar os resultados desta ficha, é fundamental que você procure indicar as dificuldades nas respostas ou obtenção de dados, não deixando perguntas sem resposta.

I. DADOS GERAIS

- a) Nome(s) da aldeia (dar também o nome nativo, caso exista):
  - como está organizada
  - como é denominada pelos regionais e índios (aldeia, povoado, vila...)
- b) Povo. Denominação geral e auto-denominação:
- c) Município e distrito:
- d) Unidade da Federação:
- e) número de casas (diferenciar no caso de "povoado-misto", índios e não índios):
- f) estimativa de habitantes por casas (em média):

II. TERRA

- a) Características do solo e vegetação
  - Conceituação mais usual (árido, pantanoso, etc.)
  - Fecundidade do solo segundo os índios
- b) Mapeamento do uso do espaço e recursos naturais (use um mapa para plotar os itens, se possível):
  - roças (tipos diferente - varzea, solo firme..)
  - capoeiras
  - áreas de pesca
  - áreas de caça
  - áreas de coleta
  - cemitérios
  - outros pontos de significação socio cultural.
- c) Comunicações:

- Comunicações com aldeias da mesma terra indígena:
- Comunicações com aldeias de outras TIs do mesmo povo:
- Cidades mais próximas:  
(Descrever caminhos, vias fluvias, etc. e distância (em tempo e/ou metragem)

d) Existe ou existiu iniciativas dos índios de reivindicação de uma área de terra, como ela se dá ou se deu (localização, o tamanho e a fonte para esta informação; lembrar a possibilidade de limites por acidentes naturais ou fatores culturais)

e) Iniciativas oficiais ou não oficiais de regularização fundiária (descrever todos os casos, agentes, contextos e resultados).

- f) A área está demarcada? no caso positivo indique:
- quem a realizou (empresa, FUNAI, índios, DSG)?
  - quando foi e como transcorreu?
  - os marcos permanecem até agora?

g) Terra indígena a que pertence a aldeia

### III. INVASÕES

1. Quais os tipos de invasões que ocorrem no espaço desta aldeia? Especifique quais pessoas, órgãos ou pessoas envolvidas.

- a) Fazendas
- b) Grileiros
- c) Arrendatários (Gerentes)
- d) Colonos
- e) Posseiros
- f) Extratores (seringueiros, madeireiros, pescadores caçadores, etc.)
- g) Turismo
- h) Garimpeiros
- i) Empresas mineradoras
- j) Prospecção de petróleo ou gás
- k) Estradas ou Ferrovias (municipal, estadual ou federal? projetada ou construída? Asfaltada? Intensidade do tráfego)
- l) Hidrelétricas, barragens, linhas de transmissão (indicar também pequenas fontes geradoras de energia: pequenas usinas, açudes, etc.)
- m) Militares:
  - área de treinamento
  - vizinhança de guarnições
  - portos ou aeroportos
  - trânsito

2. Relacionar os casos de conflitos ocorridos, indicando data, partes envolvidas e desdobramentos.

3. Qual a interferência destas invasões na vida econômica e social deste grupo local? (relacione com o item "b" da parte "II).

TERRA")

4. Há invasões em outras aldeias da mesma terra indígena?  
 Há alguma forma de resistência surgida face a estas invasões?  
 Há alguma articulação entre aldeias com formas comuns de organização para fazer frente a estas invasões?

#### IV. ECONOMIA

a) Listar todas as atividades econômicas desenvolvidas na aldeia (inclusive artesanato e trabalho assalariado).

b) Indicar os principais instrumentos de trabalho e suas formas de circulação e apropriação por membros do grupo (tomar depoimentos distintos para situações distintas).

c) Como ocorre a comercialização dos excedentes: quem o faz, o local e forma de pagamento e indicar se há formas alternativas.

d) Como ocorre o abastecimento de mercadoria: quem o faz, local e forma de pagamento e indicar se há forma alternativa.

e) Quais as possibilidades de desenvolvimento econômicos que você enxerga tanto para a produção, tecnologia, comercialização e abastecimento? E quais são as pretensões mais evidentes dos membros desta aldeia (possíveis e desejadas)?

f) Para o grupo há diferenças significativas ou este fa comparações nos padrões e volumes de produção ou na tecnologia utilizada nesta aldeia e em outras da mesma terra indígena ou do mesmo povo? E você? Descreva-as.?

g) Há articulação entre aldeias da mesma terra indígena ou povo para a comercialização ou abastecimento? Explicar os diferentes papéis assumidos ou inversamente mostrar a analogia de formas alternativas.

#### V. POLÍTICA

a) Indicar os expoentes políticos da aldeia (chefe, representante, etc.):

1. Nome;
2. Idade;
3. Características físicas ou comportamentais;
4. Funções que executa (implicadas pelo papel);
5. Título
  - Nome da condição de mandatário
  - Diferenças na língua ou concepções próprias deles
  - Definições que utilizam para os brancos;
  - formas de relações própria do chefe independente desta sua condição política;
- Tempo que está no cargo.

PETI

b) Há alguma relação com chefes de outras aldeias da mesma terra indígena ou povo? Quais são as conexões principais existente entre eles (parentesco, autoridade religiosa, faccionalismo, clientela; mediações com agência de contato ou movimento indígena)?

VI. EDUCAÇÃO

a) Quais os usos dados à escrita pelos membros desta aldeia? Faça menção à educação bilingüe, no caso de existir.

b) Qual a necessidade que sentem da escola e da educação formal?

c) Existe escola na aldeia?

- Dê o nome da escola e quando foi criada.
- Dê o número e o nome dos professores (especifique condição étnica).
- Quantas séries, turnos e alunos tem?
- Tem merenda escolar?
- Quem fornece o material escolar?
- Quem faz o pagamento e a contratação dos professores?
- Quem dá e como ocorre uma orientação educacional?

d) Há alguma interdependência entre as escolas de diferentes aldeias de uma mesma área? Explique como isto ocorre (professores, supervisão, material...)

VII. SAÚDE

a) Quais são as doenças predominante nesta aldeia? Dê o(s) nome(s), características e como é (são) tratada(s).

b) Recursos de saúde presentes na aldeia:

- enfermaria (quando foi criada, instalações que possui);
- atendente de enfermagem ou monitor (indique curso e capacitação, assim como caso de serem índios);
- remédios (quem fornece? quais os mais usados e os que faltam);
- vacinação (de que? quem faz? quando faz? qual a periodicidade?);
- tratamento dentário (quem faz? o que faz? e qual a sua periodicidade?);
- curadores (quantos são? os nomes? se existem tipos diferentes de? como são chamados? as atribuições que possuem? a formação?)(Como é vista a medicina e os tratamentos da medicina tradicional?);
- pajés (existem? quantos? como se relacionam com a medicina moderna?);
- equipes móveis de saúde.

c) Há alguma interdependência entre os recursos de saúde existentes nas diferentes aldeias da terra indígena ou povo? Explique como isto ocorre (localização do atendimento que implique no deslocamento à outra aldeia, atendentes, remédios,

PETI

dentistas, curados, pajés, etc.).

VIII. TUTELA

a) Existe Posto Indígena na aldeia? Indicar:

- ano de fundação;
- encarregado atual;
- número de funcionários residentes (com as funções especificadas);
- instalações (casa, rádio, barco, etc.)

No caso de não existência de PI na aldeia: existe PI na Terra indígena, a qual Posto ela está jurisdicionada?

b) relacione os projetos ou ações econômicas ou de defesa da área realizadas pela FUNAI. Especifique quem fez, o que, quando e os resultados.

c) Como é avaliada a atuação em geral da FUNAI?

IX. AGÊNCIAS DE CONTATO

a) Missões religiosas que atuam ou atuaram na aldeia?

- Quais são?
- Quando iniciaram a atuação?
- Atuação temporária ou permanente?
- Tem igreja na aldeia? quem é o responsável por ela? Há um sacerdote ou um oficiante religioso nesta aldeia?
- Quais os benefícios que a missão traz a esta aldeia? E os malefícios?

b) Órgãos governamentais que se fizeram presente. Listar todos e caracterizar a sua atuação pessoas, épocas, natureza da atividade, avaliação da comunidade.

c) Empresas ou indivíduos. Listar, especificando as atividades executadas e a condição social das pessoas envolvidas.

d) As agências de contato atuam de modo homogêneo nessa e em outras aldeias da mesma terra indígena ou povo? Ou certas aldeias servem como disseminadoras articulando as demais no relacionamento com as agências? Descrever como isso ocorre.

X. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

a) Quais são os rituais ou festas de que participam os membros desta aldeia? Listar todos estes eventos, distinguindo-os pela periodicidade e obrigatoriedade (os com data fixa, os de data móvel e os de ocorrência variável).

- Quem dirige as atividades?
- Tempo de duração?
- Outras pessoas ou funções envolvidas?
- Significação e importância que a comunidade atribui a isso?

b) Como os membros de outras aldeias participam destas festas ou rituais?

c) Como os brancos participam destas festas ou rituais? Como é vista essa presença (irrelevante, proibida, importante)?

d) Como as pessoas desta aldeia se diferenciam de outras da mesma terra indígena? Qual a singularidade dessa aldeia, os atributos que lhe são dados e que contrastam com pessoas de outras aldeias?

e) Há uma identidade específica dos moradores dessa aldeia? Quais os elementos caracterizadores dessa crença ou sentimento.

#### Apêndice

Dados sobre esta ficha:

a)

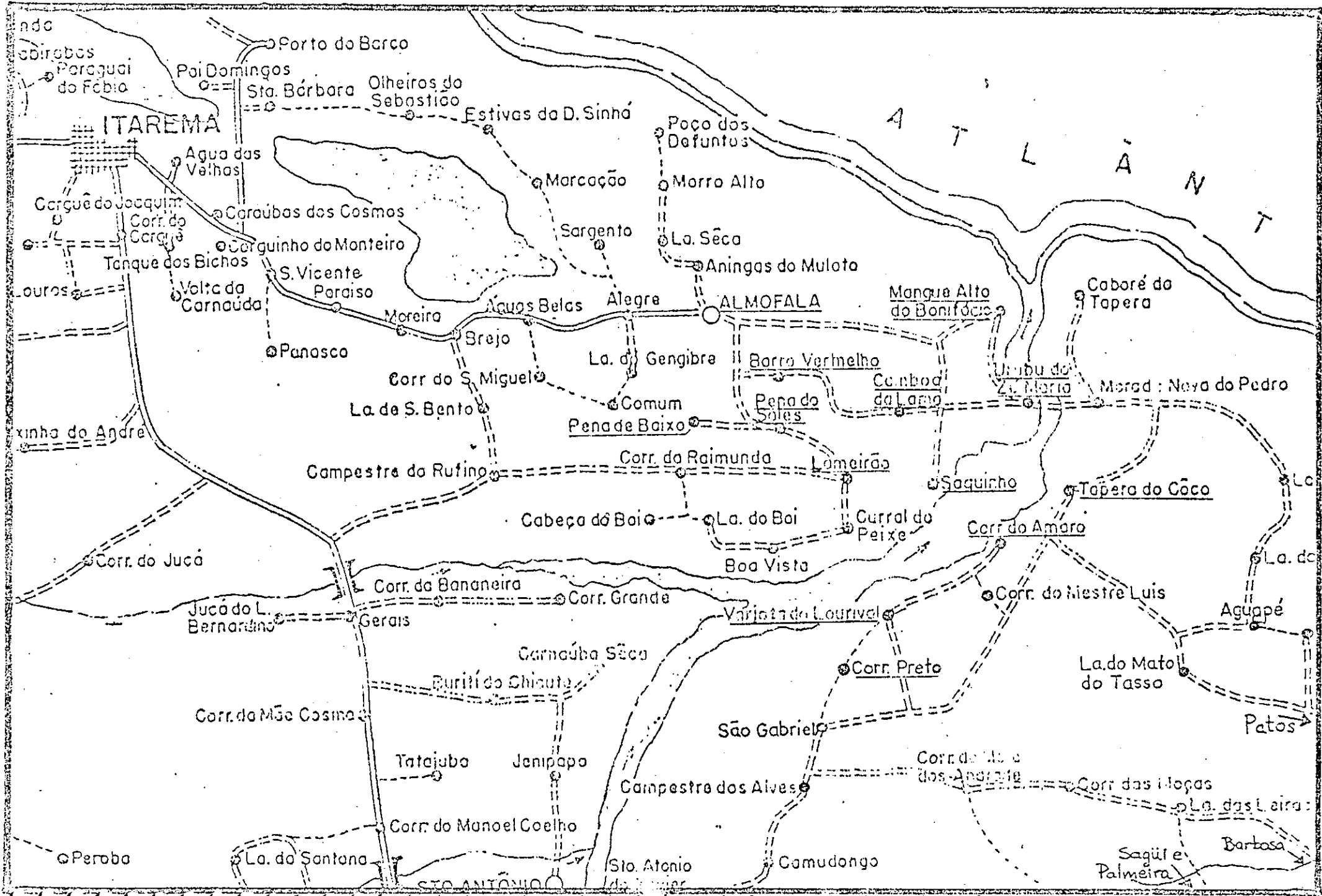
- Seu nome
- Profissão ou vínculos institucionais
- Contato com a aldeia e área (tempo, tipo, etc.)
- No caso do grupo ter língua própria, você fala a língua nativa?
- Relações que você mantém com as agências de contato.

b) Usou informantes. Dê nomes e qualifique sua posição na aldeia.

c) Sugestões ao questionário e outras observações.

PETI. 23/12/87.





Map labels and settlements:

- Porto do Barco
- Pai Domingos
- Sta. Bárbara
- Olheiros do Sebastião
- Estivas da D. Sinhá
- Poco dos Defuntos
- Morro Alto
- La. Sêca
- Aningas do Muloto
- ITAREMA
- Agua das Velhas
- Caraguá do Joaquim
- Corr. do Caraguá
- Tanque dos Bichos
- Caraubas dos Cosmos
- Corruinho do Monteiro
- S. Vicente Paraiso
- Volta da Carnaúba
- Moreira
- Agua Belas
- Alegre
- ALMOFALA
- Mangria Alto do Bonifácio
- Caboreé do Tapera
- Panasco
- Brejo
- La. d. Gengibre
- Barro Vermelho
- Comum
- Penha de Baixo
- Penha de Sales
- Carroça da Lagoa
- Jambu do Z. Maria
- Morad. Nova do Pedro
- La. de S. Bento
- Campestra da Rufino
- Corr. da Raimunda
- Lameirão
- Saguinho
- Tapera do Côco
- Cabeça do Boi
- La. do Boi
- Curral do Peixe
- Corr. do Amaro
- Boa Vista
- Corr. do Mestre Luis
- Agupé
- Corr. do Jucá
- Jucá do L. Bernardino
- Corr. da Bananeira
- Corr. Grande
- Varjota da Lourival
- Corr. do Mato do Tasso
- Gerais
- Carnaúba Sêca
- Buriti do Chicute
- Corr. Preto
- La. do Mato do Tasso
- Corr. da Mãe Cosma
- Tatajuba
- Jenipapo
- São Gabriel
- Corr. das Ilhas
- Campestra dos Alves
- Corr. do Manoel Coelho
- La. do Santana
- ST. ANTONIO
- Sto. Antonio
- Camudongo
- Corr. das Ilhas
- La. das Ladeiras
- Peroba
- La. do Santana
- Saguil e Palmeira
- Barbosa
- Patos

APÊNDICE II

"Identidade Étnica, Terra e Organização  
Política: Os Tremembé da Varjota"

IDENTIDADE ÉTNICA, TERRA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:

OS TREMEMBÉ DA "VARJOTA"

Carlos Guilherme Octaviano do Valle  
Henyo Trindade Barreto Filho  
Setembro 1988

"(...) Nóis, em visto agenti ser filho da terra de Almofala, agenti ser filho dos antepassados, índios Tramambés de Almofala, acha qui nóis têm direito a essa terra. Acha que nós tem direito a lutar pur essa terra prá nóis morá e vivê nela, prá nóis morá e trabalhar nela. Então, agenti acha que os patrões, os latifundiário... A firma Du Côco atacou essa parte da Varjota. Almofala tá sendo invadida pelos Tubarões, pur gente de fora que chega com grandes poderes e fazem logo casas boas e afastam os índios Tramambés das suas cabanazinhas, das suas choupanazinhas. Afastam eles e fazem seus grandes prédios e cum poderes cercam logo uma grande parte de arame e eles ficou e continua a zelar e dali adiante tão sendo o dono. Então, isto é o que vem acontecendo na terra da Almofala. (...)" - Lameirão

"(...) Isso é o que se tá acontecendo na terra da Almofala. A Varjota e a Tapera foi assim. A Tapera eles invadiram, expulsaram os moradores, foran expulsos. A Varjota não foram expulsos até agora e num serão cum os poder de Deus. Mais ficou-se dessa maneira. Então se agenti tá trabalhando prá se organizar cada vez mais (...)." - Lameirão

"(...) Essa área aqui ninguém paga renda...Co  
nhecia por a "terra da santa", do aldeamento .  
(...)" - Varjota (Amaro).

## IDENTIDADE ÉTNICA, TERRA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:

## OS TREMEMBÉ DA "VARJOTA"

## 1. INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa que ora se apresenta está baseado num survey desenvolvido de 24 de janeiro a 8 de fevereiro últimos, por Henyo Trindade Barreto Filho e Carlos Guilherme Otaviano do Valle. Nesta empresa fomos orientados pelo Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho. Tal Survey tinha como objetivo levantar dados gerais preliminares sobre a situação atual do grupo étnico Tremembé, localizado no distrito de Almofala, município de Itarema, litoral do Ceará, a 230 Km da capital Fortaleza.

Os membros do grupo distribuem-se por uma extensa faixa de costa e pelo continente adentro, totalizando uma população de 3.061 pessoas (FUNAI: 86), que ocupa este espaço de formas diferentes, segundo critérios singulares de aproveitamento de recursos naturais. Constituem-se basicamente de pescadores e agricultores, num quadro complexo de organização social, que interagem com vários outros grupos e atores sociais. Durante esse curto período visitamos os seguintes locais: Almofala Pequena (rua, sede do distrito), Barro Vermelho, Panan de Cima, Panan de Baixo, Lameirão, Saquinho, Canboa da Lama, Mangue Alto (Torões), Urubu, Varjota e Tapera; e ainda assim a maior parte da área não foi coberta pelo survey.

O Sítio Varjota do Lourival, o Sítio Córrego do Amaro e o Sítio Corrego Preto constituem o lugar chamado, genericamente, "Varjota". Agrupa 40 residências, totalizando aproximadamente 280 pessoas que, recentemente, após 15 anos de acirrada luta cotidiana, conseguiram contra a Companhia Agro-Industrial Do Côco-Du Côco a garantia jurídica do usucapião coletivo de 397 hectares de terra correspondentes à área que ocupam. Lavradores tradicionalmente relacionados com aquele espaço de terra, o "povo da Varjota" se auto-identifica como Tremembé, guardando, entretanto, certas especialidades face ao grupo Tremembé mais amplo ao qual pertencem.

## 2. SUMÁRIO

Procurar-se-á aqui resumir brevemente, a partir dos dados genéricos coletados no survey, como se forjou a organização política da "Varjota" a partir de um conflito específico e de como para isto contribuiu a representação que o grupo faz de suas origens e da terra que habitam, bem como a mediação de outros atores sociais no conflito - momentente a igreja através de seu trabalho de comunidades de base.

A "Varjota" limita-se ao norte e ao oeste com o Rio Aracati-Mirim, e ao sul e ao leste com o imóvel Fazenda São Gabriel. O que separa as terras da "Varjota" das terras do referido imóvel é um "travessão" que, apesar de antigo, é batido todos os anos pelos habitantes dessa área. Há 15 anos, tal imóvel foi adquirido pela Cia. Agro-Industrial Do Côco-Du Côco, que passou então a reivindicar a área da "Varjota" como lhe pertencendo, do mesmo modo que a área do Sítio Tapera - localizado a nordeste da "Varjota". A companhia iniciou, então, um processo de cercamento da terra e intimidação dos habitantes da "Varjota" e da Tapera recorrendo ora à polícia local, ora a grileiros-pistoleiros profissionais. Exigiu-se na época que eles se retirassem, pois se considerava que eles eram "moradores" da Fazenda São Gabriel, o que sempre foi contestado, até hoje.

"... num tinha patrão aqui não, como agente sabia mesmo que num tinha. Eles... aqui morava em terra apossada, terra marítima, terra do aldea-



mento, terra que num tinha patrão, uma terra da santa, terra apossada. (...)" - Varjota

Os habitantes da Tapera aos poucos foram se desfazendo de seus sítios e quintas, vendendo-os a companhia, tendo rapidamente desocupado a área para sua expansão, que, prometendo modernização, emprego e melhoria do padrão de vida, acabou deslocando-os para uma vila, numa estreita faixa de terra nas margens do rio Aracati-Mirim. O depoimento a seguir descreve com clareza esse processo de expropriação.

"(...) O dono da São Gabriel. Diz que era dono. Pois bem, enton-se ele ficou. Quando foi depois, aí ele disse que ia vender a terra. Tá certo, mais ele pode vende: o São São Gabriel dele, Fazenda. Aqui eu acho que num... Isso aqui, era daqui a Tapera, eratudo um colosso só. (...) Aí quando apareceu, quando deu-se fé diz que chegou a firma aí que tinha comprado o terreno de São Gabriel. Comprou o terreno de São Gabriel. Comprou o terreno de São Gabriel. Aí a gente se alvoroçou: comé que vai ser?

Isso foi quando?

Isso foi no, mais ou meno no... 72, por aí assim. Foi. Aí até que a firma chegou aí, chegou assim, chegou aí, chegou na casa grande assim. Aí butou logo as istaca que era pá modi acabar cum criação, acabar cum cercado, acabar cum tudo e... ritirar os morador, num era prá

ficar morador, que ele ia cercar o terreno e...  
E aí agente ficou que, "mais aqui nunca tem pa-  
trão!" "Pode ser o São Gabriel" "Que nada!" Aí  
começaro a cerca. E vem a cerca e vem a cerca e  
cercando e cercando e cercando até que... A gen-  
te abestado, num sabia de nada e... a gente dei-  
xa cercar. E lá se vai cercando até que cercou  
tudo.

Cercou? Qual era a área cercada?

Todo, todo, todo, todo, começou daí do  
mar. Começou do mar e desceu no rio e saiu o  
rio e trevessou, passou no São Gabriel (...). Fi-  
cou tudo cercado. Tudo tinha parte de arame. E  
aí agente, "E agora, cumé que faz?" Tudo cerca-  
do, tudo debaixo de cerca, num tinha condições  
de se sair, de se andar e nem de criar um ani-  
malzinho (...). E era pru modi desocupar a ter-  
ra, que num quirio morador nenhum dentro. Aí o  
pessoal da Tapera começaro a vender. Eles buta-  
ro em riba (...). Aí foi, eles foro e começaro  
a vender. Um vindia praqui, outro vendia seu si-  
tiozinho praculá. (...)" - Varjota

"(...) E era uma vez por outra e era uma  
vez por outra, a poliça chegava. E a gente vi-  
via assustado. Mais vivia prestando atenção, o  
povo trabaiava ma'era cum grande coidado. (...)"

- Varjota

O "povo da Varjota" resistiu às pressões por um tempo mais longo e procuram uma solução em varias instâncias: da Prefeitura ao padre da Paróquia de Itarema - "(...)"  
Aí, a gente imaginamo: 'Papaz, mais se essa terra é da Santa, a gente vai cum quem pode dar uma palavra pur a gente, é o padre' (...)" - não tendo conseguido amparo efetivo. Paralelamente, trabalhavam na surdina derrubando a cerca da companhia e resistindo às pressões e intimidações.

Foi a partir do contato com o trabalho de Comunidades Eclesiais de Base desenvolvido nesta região pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Itapipoca, a qual está subordinada a paróquia de Itarema, que os habitantes da "Varjota" começaram a articular formas de resistência política "comunitárias": o núcleo de resistência e atuação passa a ser a "comunidade" da Varjota. Através do trabalho de evangelização e de assessoria jurídica promovido pela equipe da CPT, o grupo começou a se organizar, organização essa que culminou com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema, quando da emancipação deste antigo distrito do município de Acaraú.

"(...) E assim a nossa luta começou assim e foi desse jeito e a equipe começou pur o meio do evangelho, né? Até que agente foi até onde tava a equipe. Da equipe construiu-se o advogado e pelo advogado construiu-se o sindicato (...)" - Varjota

Houve uma série de resistências a nível local,

ã criação do sindicato, desde Tremembés mesmo, até de políticos locais.

Os membros da equipe da CPT da Diocese de Itaipoca com quem travamos contato então, sempre fizeram questão de salientar o vigor e a força da reivindicação da "comunidade da Varjota" em relação às outras comunidades cum as quais trabalham. Nunca, porém, levaram em consideração a variável étnica; tendo sempre considerado-os como "trabalhadores rurais". Revelaram, inclusive, a surpresa de ver a palavra "aldeamento" mencionada nos depoimentos prestados em tribunal, pelas testemunhas que deporaram a Cia. Agro-Industrial do Côco-Du Côco, por intermédio do advogado da equipe - que revelou-nos pessoalmente que este foi um dos fatores decisivos para que eles ganhassem a causa.

Este é o momento de considerarmos a representação do grupo étnico Tremembé mais amplo sobre as suas origens e sobre a terra em que vivem.

O distrito de Almofala origina-se da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, aí fundada em 1702, dirigida pelo padre José Borges de Novais, secular da Ordem de São Pedro, com a missão de conter em aldeias permanentes os índios da região. Todos, em toda parte do distrito de Almofala, sabem contar a "história da santa": uma imagem que foi encontrada pelos índios, nas matas, e que foi trocada com a Rainha de Portugal por uma igreja e uma concessão de "2 léguas em quadra" de terras para que os índios pudessem

ERRATA

de ver a palavra "aldeamento" mencionada nos depoimentos prestados em tribunal, pelas testemunhas que deporaram no processo jurídico que os habitantes da Varjota moveram contra a Cia. Agro-Industrial do Côco-Du Côco, por intermédio do advogado

viver sem serem molestados. Todos, também, sabem descrever com exatidão os limites e os marcos da "terra do aldeamento": a lagoa do Luiz de Barros (ou almexeiras), o Forno Velho (com a carnaúba furada pelo travessão), o Córrego Preto, o bambuzal (na Passagem Rasa) e a Lagoa do Moreira.

"(...) A nossa terra nós qué toda (...). As extrema dela. é la da Lagoa do Moreira, no meio da Lagoa da Luís de Barros, é da beira da praia as almexeira. Mais nós qué a terra, nós qué toda, porque si fôr só um bôlo como queridarem, só de Almofala pra riba, qué qui nós faz? Eu tenho meus filho, depois tem meus neto, depois tem meus bisneto, depois tem meus tataraneto. I os outro? (...)" - Barro Vermelho

"(...) Agora nessa, trocavam a santa láquela terra aí: dá lá da minha prima Maria Ramo, prá cá, lá nas almexeira, prá cá a Lagoa do Moreira, do meio prá cá, é da Santa, que a Rainha deu. Duas légua em quadra. Bem (...)" - Lameirão

Os Tremembé, e aí incluídos, o "povo da Varjota", se apropriam dizendo que a "terra da santa", a "terra do aldeamento", é terra dos Tremembé antigos e, portanto, sua terra, terra a qual eles têm direito. A origem comum - expressa na fórmula "eu sou de dentro do aldeamento" -

parece ser um importante fator na aglutinação do grupo, e parece ter contribuído para a articulação política dos Tremembé da "Varjota", tal como indicam os trechos de depoimentos de informantes que servem de epígrafe a este projeto. Some-se a isto, o fato comumente expresso de que "terra de santa" não se compra; ninguém pode comprar a terra a uma santa, pois se é da santa é de todos - aqui entendido como a coletividade dos Tremembé; e associando-se a isso a representação que o mundo do comércio, do negócio, é um mundo impuro, profano, do qual a santidade não participa.

### 3. OBJETIVOS, JUSTIFICATIVAS E HIPÓTESES

O que se pretende é, a partir do que foi exposto e que está baseado em dados genéricos compulsados em um survey, aprofundar a análise e a investigação de algumas hipóteses que já foram esboçadas acima e que cabe agora explicitar mais:

- a) averiguar se o modo pelo qual eles retracam sua origem comum é ou não fator importante para definição das fronteiras étnicas do grupo Tremembé mais amplo, bem como para a organização e mobilização do "povo da Varjota";
  - + para tanto procurar-se-á resgatar mais sistematicamente, através de entrevistas e coleta de depoimentos e histórias de vida a forte história oral do grupo, o que permitiria reconstituir as representações do grupo sobre sua origem e a terra que ocupam;
- b) investigar se de fato existe, como expressamos no último parágrafo do sumário, alguma vinculação destas representações com desdobramentos práticos a nível da resistência do grupo:
  - + por isso a necessidade de proceder a uma etnografia mais detalhada das formas de resistência atualizadas pelo gru



po, e das fases de confronto a nível mais localizado, bem como das formas de organização política que atualizaram e da criação do sindicato;

c) temos indícios de que a situação da "Varjota" é uma situação sui generis dentro da área Tremembé mais ampla; caberia, em determinado momento, estender a enquete a outras áreas para averiguar se existem representações - positivas ou negativas - a respeito do "povo da Varjota";

+ daí a necessidade de visitar, por exemplo, a Tapera e investigar se a menor resistência que ofereceu está ou não vinculada há uma participação menos intensa destes habitantes na representação sobre a terra;

d) Procurar delinear a organização social do "povo da Varjota" através de um censo genealógico dos grupos domésticos desta área, averiguando, em certa medida, os sentidos das relações de compadrio que, pelo que observamos, constituem vínculos muito fortes nesta região;

+ isso permitirá dar um enquadramento de como se configuram as articulações políticas internas ao grupo, verificando se existem dissensões e facções, até mesmo no interior do sindicato;

e) dar um quadro da "cena" do confronto e de seu processo, através de uma melhor qualificação dos atores sociais em jogo, de suas vinculações institucionais, políticas e econômicas e de seus objetivos; como, se é que de algum modo, esta configuração específica do confronto e do processo foi importante para que os Tremembé da "Varjota" supra-significassem o dado da sua origem comum como elemento definidor de sua identidade étnica;

→ quando fala-se em qualificar os atores, pensa-se em retomar contatos com os membros da CPT, através de entrevistas mais detidas, entrevistar o Juiz da Comarca de Acaraú que julgou o processo e algum representante da companhia; pensa-se aqui se é possível interpretar a atuação do trabalho das CEBs e da CPT em sua história de intermediação e prática dentro do grupo, como mediador que canaliza o conflito para a solução por meios legais; dar conta de como estes agentes percebem uns aos outros.

#### 4. RELEVÂNCIA TEÓRICA

Acredita-se que, a partir do estudo específico da situação do "povo da Varjota", poder-se-á iluminar alguns dos problemas referentes a dinâmica da Fronteira étnica do grupo Tremembé mais amplo e sua manutenção (Barth, 1969b), conforme hipótese apontada acima. Mas o que se quer perceber é como a identidade étnica pode articular, a partir da e em relação com outros atores sociais em cena (a igreja, por intermédio das CEBs e da CPT, a Cia. Agro-Industrial, o próprio grupo com suas divisões internas e outros), uma organização política a partir de uma representação sobre a terra.

O que norteia o "olhar" sobre esta questão é a idéia de que a constituição de uma identidade específica só se dá em relação a outros grupos, tomados como aliados e opositores; nesse sentido, a de que os processos de interação envolvem não apenas a articulação entre as partes, mas também o conflito como estruturador das relações e gerador das unidades (Simmel, 1964a).

Cabe aqui deixar claro que está se considerando aqui a capacidade organizacional como componente fundamental definidor do grupo étnico, ou seja, os critérios pelo qual o próprio grupo se recorta: a identidade, o limite e o pertencimento estando marcados por alguns traços culturais socialmente significativos e significados pelo gru-

po em certos circuitos de relação, traços estes que o grupo super-comunica nas situações de conflito (Barth, 1969 (a) e Blom 1969). O que está em jogo aqui não é a "totalidade da cultura", na sua definição tradicional - "in vitro" - incapaz de incorporar a dinâmica dos grupos. E mesmo os Tremembé, enquanto grupo, não constituem uma unidade singular, persistente, indivisa e distinta, colocando problemas interessantes para a análise da manutenção de sua identidade e da sua fronteira na limitada perspectiva de assentamentos locais discrepantes e configurações culturais diversas.

No caso Tremembé, e do "povo da Varjota", a forma como se retrata a procedência comum dos seus membros parece constituir uma espécie de "cidadania diferenciada": um fato cultural ou histórico básico que marca as pessoas com um parentesco real ou simbólico (Weber, 1983).

Ainda significativo aqui, já que se trata claramente de uma disputa por terra e recursos naturais (Barth, 1969a - tangible assets), é a questão da definição territorial, ou melhor, das relações espaciais como condição e símbolo das relações sociais entre grupos (Simmel, 1964b).

Há também desdobramentos interessantes, que têm conseqüências práticas, na análise das formas de organização que os grupos étnicos vem atualizando para encaminhar suas reivindicações no plano político (formas essas reconhecidas socialmente, como o sindicato, que não são do âmbito exclusivo de um grupo específico, mas que também não

inibem a expressão da etnicidade de seus membros) e que estão bem expressas no trecho do depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema; que é Tremembé.

"(...) Nós achamos se o sindicato era um ponto importante pra nós... Agora eu já pude sabê , eu já pude entendê que alguém já me falou que o índio... O sindicato não é próprio prá defendê os direitos dos índio. Isso eu ouvi dizê: Eu acho que o índio que vive da roça, do seu roçado, fazendo o seu roçado, trabalhando como trabalhador rural, precisa do sindicato prá ajudar eles porque o sindicato é quem fortifica o direito do trabalhador no campo. Grandes consequências tem acontecido no nosso meio: é invasão de gado, distruição de gente, queimã cerca dos outros (...) E a gente acha que o sindicato ajuda. Isso é coisa prá dentro do sindicato e o sindicato resolve essas coisa. Então, o índio que vive da sua roça é preciso que se associe, porque até agora prá nós não chegou outro órgão que nos ajudasse na luta do campo. (...)" - Lameirão

## 5. METODOLOGIA

Proceder-se-á basicamente através de entrevistas não dirigidas e coleta de depoimentos; não só de lideranças e representantes sindicais, mas, basicamente, dos habitantes da "Varjota" em geral. Em função dos objetivos, justificativas e hipóteses apresentados, se estenderá essa prática a outras localidades.

Cumprir também um levantamento fotográfico da região para se ter um registro visual, como recurso legítimo e importante de investigação e prática de campo, já que estamos lidando com representações do espaço.

O caderno de anotações de campo será utilizado para registrar os locais, o clima em que transcorreu e as condições gerais das entrevistas, atentando sempre para a qualificação detalhada dos informantes que, numa situação tal como esta, fornecerão sempre informações interessadas a partir da posição que ocupam na organização social e política do grupo (Vansina, 1973).

Para tanto é fundamental realizar o já citado censo genealógico local, no qual utilizaremos o modelo de ficha apresentado a seguir.

MODELO DE FICHA:

CHEFE DO GRUPO DOMÉSTICO

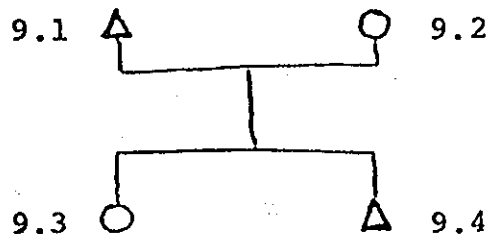
Nº (da casa)\*

1. Nome, apelido; identidade étnica; (Tremembé, não-Tremembé outros) idade, local de nascimento, último local de moradia.
2. Esposa nome
3. Filhos em ordem decrescente apelido
4. ... identidade étnica
5. ... idade  
local de nascimento  
último local de moradia

OBS.: grupo local - informante (nº) - data, local e condições da entrevista.

VERSO DA FICHA:

Espaço reservado para o diagrama de parentesco da família.



(o primeiro número correspondendo ao número da casa e o segundo ao número do indivíduo na ficha)

---

(\*) O número da casa corresponde a uma numeração arbitrária das residências que será feita a partir de um mapa com a distribuição física das mesmas.

7. ORÇAMENTO  
(Em Cz\$ 1.000,00)

1. SERVIÇOS DE TERCEIROS

a)	1 passagem aérea RIO-FOR-RIO .....	119.540
b)	1 passagem-ônibus FOR-Almofala.....	0,950
c)	1 passagem-ônibus Almofala-Acaraú.....	0.350
d)	1 passagem-ônibus Acaraú -FOR.....	0.750
e)	p/diárias em Fortaleza (3).....	21
f)	p/diárias em Almofala e Acaraú (22).....	27

2. MATERIAL DE CONSUMO

a)	10 fitas BASF C-60 .....	8.460
b)	3 filmes KODAK TRI-X 135mm/36 poses ....	3.950
c)	material de papelaria e cadernos de campo	3
d)	Xerox .....	5

TOTAL: -----190



6. CRONOGRAMA (c/principais atividades)

2 - viagem p/Fortaleza (avião)

3 | estadia em Fortaleza; contato e entrevistas com  
4 | pessoas que já trabalharam na área Tremembé - a  
5 | gentes de movimentos populares e membros da CPT  
6 | da Diocese de Itapipoca; visitas a instituições  
7 | locais e levantamento de material.

J  
A  
N  
E  
I  
R  
O  
26 | 6 - viagem p/Almofala (ônibus) - período de campo  
27 | propriamente dito: estadia no lugar chamado "Var  
28 | jota" (censo e levantamento dos grupos domésti -  
29 | cos; formas de atividades produtivas e organiza  
30 | ção econômica, entrevista com representantes sin  
31 | dicais, lideranças e outros membros do grupo, con  
32 | tato com outros grupos locais do distrito de Almo  
33 | fala e outras comunidades de base).

1  
9  
8  
9  
27 - viagem p/Acaraú (ônibus) - entrevista com o  
Juiz de Direito da Comarca de Acaraú sobre o pro  
cesso judicial.

28 - viagem de volta p/Fortaleza - entrevista c/ al  
gum representante da Companhia Industrial Do  
Côco-Du Côco.

29 - viagem de volta ao Rio de Janeiro (avião)

BIBLIOGRAFIA TEÓRICA

BARTH, Fredrik

1969(a) - "Introduction". In: Ethnic Groups & Boundaries. Bergen-Oslo/London, Universitets Forlaget/George Allen & Unwin. pp.9-38

1969(b) - "Pathan Identity and Its Maintenance". In: Ethnic Groups & Boundaries. op. cit. pp. 117-134

BLOM, Jan-Petter

1969 - "Ethnic and Cultural Differentiation". In: Ethnic Groups & Boundaries. op. cit. pp. 74-85

SIMMEL, Georg

1964(a) - "The Sociological Nature of Conflict" In: Conflict and The Web of Group-affiliations. New York/London, The Free Press/Collier Macmillan Publishers. pp. 13-55

1964(b) - "The Triad" e "The Stranger" In. The Sociology of Georg Simmel. New York/London, Free Press/Collier Macmillan Publishers. pp. 145-168 e pp.402-408

WEBER, Max

1983 - "Comunidades Étnicas". In: Economia y Sociedad. 2ª ed. México, Fundo de Cultura Econômica, pp. 315-327

OUTROS

VANSINA, Jan.

1973. Oral Tradition. A Study in Historical Methodology. Harmondsworth, Pequin University Books.

CEDI-PETI/PPGAS/MUSEU NACIONAL

1987 - "Listagem das Terras Indígenas no Brasil: 20/10/87". In: Terras Indígenas no Brasil. São Paulo, CEDI, nov. 1987.

ACARAÚ, Comarca de

1984 - Autos de Ação de Usucapião. Autores: Gonçalo Maria  
no Filho e outros. Juízo de Direito da Comarca de Acaraú.  
Nº 943. 2º Cartório, Otávio Felipe Rocha-Escrivão.

SEDOC-MUSEU DO ÍNDIO-FUNAI

1986 - Informação sobre os índios Tapeba (Tremembé), Esta-  
do do Ceará. RE 050. Setor de Documentação, Museu do Índio,  
FUNAI.